



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**DIOGO COSTA DOS SANTOS**

**AUTO DE RESISTÊNCIA: NOTÍCIA E PRECONCEITO NOS  
JORNAIS CORREIO\* E MASSA!**

Salvador

2016

**DIOGO COSTA DOS SANTOS**

**AUTO DE RESISTÊNCIA: NOTÍCIA E PRECONCEITO NOS  
JORNAIS CORREIO\* E MASSA!**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira

Salvador

2016

*A mainha e a painho,  
por me mostrarem que a luta do negro é diária.*

## AGRADECIMENTOS

Quando o jornalismo não passava de um sonho distante de ser alcançado, muitos foram os incentivos que recebi para que seguisse adiante. Neste momento em que o sonho se torna realidade, expresso a minha gratidão a todos aqueles que participaram dessa conquista.

A mainha, Deise Regina, por ser a minha primeira apoiadora, defensora, meu porto seguro. Obrigado por ter acreditado em mim e por ter percorrido esse caminho do meu lado. A senhora é a minha inspiração, o meu espelho. A minha felicidade é indescritível por saber que sou a sua semelhança.

A painho, José Carlos, pela preocupação, pelo cuidado, e pelos ensinamentos. Mesmo não tendo concluído os estudos, foi o senhor que me ensinou a importância da humildade, a importância da perseverança e de nunca achar que sabemos tudo. Aos meus irmãos, Dieguinho e Delly, por me tomarem como exemplo. Estou certo do potencial e cuidarei para que vocês possam alcançar voos ainda maiores que os meus. A vocês, minha família, dedico este trabalho e este momento.

A vovó Zefa, por me acolher e por cuidar de mim como um filho quando, aos 15 anos, saí da casa dos meus pais pela primeira vez em busca deste sonho. A vovó Zabelê e vovô Neco (em memória), por me ensinarem que a vida é feita de lutas. A tia Leda (em memória) por nunca deixar de acreditar que um dia eu lhe dedicaria um boa noite da bancada de um telejornal. Boa noite, tia Leda.

Também dedico esta conquista e a minha gratidão a Ailton Cotrim, companheiro e grande incentivador. Obrigado por me proporcionar condições de concluir este sonho e iniciar outros. As suas ajudas, dicas e observações forma fundamentais. A sua história de vida, um incentivo nos momentos em que eu pensei em desistir. O caminho teria sido mais difícil sem a sua presença.

Tenho certeza que esses quatro anos teriam sido menos felizes sem a presença dos meus facomigos. Agradeço a cada um deles, em especial a Ailma Teixeira, Caíque Bouzas, Thamires Santos, Mariana Sales, Vilma Martins, Marília Campos e Milena Abreu pelas ajudas, pela

amizade construída, pelos reggs, pelas risadas, pelos trabalhos juntos. Acredito no talento de vocês e por essa razão desejo que as nossas parcerias e projetos continuem.

Ao meu orientador, professor Giovandro Ferreira, pelas contribuições ao meu TCC, e aos demais professores da Facom que contribuíram para a minha formação. Com vocês aprendi a importância de não ser mais um jornalista, mas ser um jornalista comprometido com o função deste ofício, que é social.

Agradeço também aos amigos do Jornal Correio por terem me acolhido, pelo convívio, pelas ajudas e por terem me apresentado ao jornalismo diário. A minha turma da Ascom do IFBaiano, em especial a Pollyana Brasil e Valéria Nascimento, por terem me dado a oportunidade da primeira experiência profissional e por acreditarem no meu potencial.

Finalmente, agradeço aos meus amigos e leitores, as minhas fontes de informações, pelas ajudas diretas ou indiretas. Sigamos juntos nas próximas etapas. Este é um ciclo que se encerra para que outros ainda maiores tenham início.

Quando você for convidado pra subir no adro  
Da Fundação Casa de Jorge Amado  
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos  
Dando porrada na nuca de malandros pretos  
De ladrões mulatos e outros quase brancos  
Tratados como pretos  
Só pra mostrar aos outros quase pretos  
(E são quase todos pretos)  
Como é que pretos, pobres e mulatos  
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados...

Caetano Veloso, em Haiti, 1993.

## RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa sobre as notícias de auto de resistência policial dos jornais baianos *Correio\** e *Massa!*. A pesquisa de monografia fez uma análise de conteúdo das mensagens publicadas em ambos jornais entre fevereiro de 2014 e setembro de 2016 e, como objeto principal, identificou como as notícias retrataram aqueles que sofreram as ações da Polícia, em especial quando esses eram negros. O trabalho também fez uma análise das notícias a partir dos enquadramentos, fontes, formato dos textos e espaços que ocuparam em ambos jornais. Ao todo, a análise compreendeu 60 publicações e, como resultado, identificou as formas como o preconceito racial foi reproduzido nos dois jornais durante o período analisado.

**Palavras-Chave:** Auto de Resistência; Análise de Conteúdo; Negros; Preconceito; Jornal Correio\*; Jornal Massa!

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	09
<i>AUTO DE RESISTÊNCIA, GENOCÍDIO NEGRO, DIREITOS HUMANOS E COMUNICAÇÃO: UM PANORAMA</i> .....	12
2. DO AUTO DE RESISTÊNCIA: O CRIME SEM CASTIGO.....	13
<b>2.1. Da força letal: a Polícia em números</b> .....	14
<b>2.2. Da segregação punitiva como estratégia para o genocídio negro</b> .....	17
<b>2.3. Da questão dos direitos humanos</b> .....	20
3. DA CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DA REALIDADE .....	23
<b>3.1. Os <i>mass media</i> e as notícias de violência</b> .....	28
<b>3.2. As notícias de violência nos jornais <i>Correio*</i> e <i>Massa!</i></b> .....	30
<i>O MÉTODO DE PESQUISA</i> .....	33
4. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	34
<b>4.1. Estruturação do método analítico</b> .....	41
5. APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS JORNAIS <i>CORREIO*</i> E <i>MASSA!</i> ....	46
<b>5.1. Dos títulos ao conteúdo: a construção do <i>corpus</i> de pesquisa</b> .....	46
<i>ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS AUTO DE RESISTÊNCIA NOS JORNAIS <i>CORREIO*</i> E <i>MASSA!</i></i> .....	51
6. DA QUANTIFICAÇÃO A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	52
<b>6.1. A produção das notícias de auto de resistência</b> .....	52
<b>6.2. Os suspeitos, as violências e seus cenários</b> .....	63
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
8. REFERÊNCIAS .....	76



## 1. INTRODUÇÃO

As ocorrências policiais caracterizadas como autos de resistência costumam, com alguma frequência, ocupar páginas de jornais e noticiários televisivos baianos. É uma prática que se sustenta na exploração de fatos nos quais o uso da força extrema da Polícia é empreendida sob a égide do combate ao crime. É, em outros termos, uma prática que se baseia na exploração da violência como valor noticioso, como pauta para a problematização da questão social da (in)segurança pública. Chama atenção, no entanto, a forma como ela é pautada e problematizada.

Um acompanhamento mais atento das notícias de auto de resistência divulgadas pela imprensa baiana permite identificar algumas características centrais sobre o seu conteúdo. A primeira delas é de que, com constância, a representação do acontecimento é feita considerando apenas uma versão do fato, sobretudo aquela que é narrada pela instituição policial. Essa primeira questão nos leva a identificar uma segunda característica: a de que a notícia, quando construída com uma única fonte, ganha, sem contraposições, o direcionamento que a narrativa dessa fonte sugere. Um terceiro aspecto que o acompanhamento nos permite identificar é o de que essas narrativas atribuem aos que sofrem a ação da Polícia a posição de algozes e subversores da lei, sobretudo quando esses são negros e quando a periferia é o cenário do fato.

No contexto em que o Brasil é considerado o país onde a Polícia mais mata – em 2014, das 58.497 mortes violentas ocorridas em todo o país, 5,2% delas foram cometidas durante supostos confrontos com a Polícia, segundo dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2015 -, a forma e a prioridade com que a imprensa pauta os fatos de uso da força letal da Polícia merece atenção.

Isso porque, na perspectiva de Patrick Charaudeau, “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (CHARAUDEAU, 2010, p.19). Para o autor, as mídias se adaptam às expectativas do público, despertando o seu interesse e tocando sua afetividade, com um intuito de dirigir-se ao maior número de pessoas. Nesse sentido, e a partir das lógicas de funcionamento do discurso midiático, os fatos reportados são selecionados. O ato de selecionar o que da realidade será representado e noticiado pressupõe um posicionamento, estratégia de diferenciação das mídias. No entanto, se, de um lado, a construção da realidade considera olhares viciados e preconcebidos sobre um fato, por outro lado, a representação que a mídia apresenta da realidade nada mais é do que o reflexo daqueles olhares.

Uma revisão na história da Polícia no Brasil nos permite afirmar que a sua posição é de constante combate, de repressão por meio da força, inclusive da força letal. É uma das heranças da Ditadura Militar (1964 -1985). A observação de que a principal fonte de informação das notícias de autos de resistência é essa mesma Polícia nos inquieta.

A perspectiva de Charaudeau e a inquietação provocada pelos aspectos observados nas leituras e acompanhamento das notícias de auto de resistência nos moveu a investiga-las a partir do recorte local das notícias de autos de resistência de dois jornais da Bahia, estado onde a Polícia matou 591 pessoas em supostos confrontos nos anos de 2013 e 2014, segundo dados do 9ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Desse modo, este trabalho constitui o resultado de uma Análise do Conteúdo (AC) das notícias publicadas pelos jornais baianos *Correio\** e *Massa!* que abordaram o tema em questão. A escolha dos jornais para o desenvolvimento dessa pesquisa teve como base razões distintas: do *Correio\**, por se tratar do jornal impresso de maior circulação na capital baiana; do *Massa!*, por se tratar do veículo que tem como carro-chefe as notícias policiais.

Como objetivo central da pesquisa, buscamos identificar como as notícias de auto de resistência policial publicadas pelos dois jornais retrataram aqueles que sofreram as ações da Polícia, em especial quando esses eram negros, e a relação entre as ações e os espaços onde ocorreram. Um objetivo secundário de trabalho foi o de identificar a importância que ambos jornais deram ao tema, levando em consideração as fontes consultadas, o enquadramento dos fatos, a forma como foram narrados e os espaços que ocuparam em ambas publicações.

Para que o tema fosse pesquisado com a importância que julgamos necessária, dividimos esta pesquisa em três grandes partes. Na primeira, traçamos um panorama sobre os autos de resistência e seus números, sobre a questão do genocídio negro, da questão dos Direitos Humanos e da forma como os *mass media* abordam a questão da violência.

Para apresentação da AC, método que utilizamos para o desenvolvimento da pesquisa, dedicamos a segunda parte deste trabalho. Nela recorreremos aos escritos de Laurence Bardin e Albert Kientz para explicarmos as regras do método, que consiste na quantificação e qualificação dos dados de pesquisa, previamente decompostos em unidades de informações.

Neste segundo capítulo, também mostramos que o *corpus* de pesquisa foi construído a partir da aplicação da técnica da Semana Construída, proposta por Albert Kientz. A aplicação do método da AC nos jornais *Correio\** e *Massa!* também está contida nesta parte da pesquisa.

O terceiro capítulo é onde estão os resultados de análise, dividida em duas etapas: na primeira, que analisa a construção da notícia e os espaços que ela ganha nos jornais; na segunda e última parte, analisamos o tratamento daqueles que sofreram os atos de resistência e dos cenários onde eles ocorreram.

***AUTO DE RESISTÊNCIA, GENOCÍDIO NEGRO, DIREITOS HUMANOS E  
COMUNICAÇÃO: UM PANORAMA***

## 2. DO AUTO DE RESISTÊNCIA: O CRIME SEM CASTIGO

Foi no período em que o Brasil viveu sob o Regime Militar (1964-1985) que o termo auto de resistência foi criado e passou a figurar nos boletins de ocorrências policiais. Naquela época, a denominação foi utilizada nos registros como forma de isentar militares de processos e punições em função das ações cometidas contra civis que se opuseram ao Regime.

No período ditatorial, especificamente em 29 de setembro de 1969, um golpe da Junta Militar, integrada pelo então vice-presidente em exercício Augusto Hamann Rademaker Grunewald, aprovou a Lei de Seguridade Nacional no país (Decreto Lei 898, de 29/09/1969), que previa penas severas, como morte e prisão perpétua aos que descumprissem as determinações impostas pelos ditadores.

Em 1978, Ernesto Geisel, penúltimo militar a assumir o poder antes do movimento civil Diretas Já (1983-1984) assinou o Decreto Lei 6.620, de 17/12/1978. O documento revogou todo o texto da Lei 898. Cinco anos depois, o Decreto assinado por Geisel também foi revogado pelo último militar a assumir a presidência do Brasil, João Figueiredo, que sancionou a Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei 7.170, de 14/12/1983), em vigor no Brasil até hoje.

A garantia da impunidade jurídica das ações policiais, porém, antecedeu a Lei 898. Em 3 de outubro de 1941, ano em que Getúlio Vargas presidiu o país, foi criado o Código de Processos Penais (CPP) brasileiro, cujo artigo 292 permitia que as autoridades responsáveis pelo cumprimento de prisões fizesse uso de quaisquer mecanismos de defesa em caso de reação ou descumprimento da ordem atribuída ao suspeito. Era esse mesmo artigo que assegurava que nenhum prejuízo jurídico fosse atribuído às autoridades cujas ações militares resultassem em morte ou lesão corporal do suspeito. O texto especifica que:

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas. (BRASIL, 1941)

Foi por meio desse fundamento jurídico que os militares deram início ao uso do termo auto de resistência nos registros policiais. A respeito da origem desse processo, o desembargador Sérgio Verani escreveu em “Assassinatos em nome da Lei”

A gênese do procedimento denominado auto de resistência emana do aparato autoritário introduzido no direito penal durante a ditadura militar brasileira (...) à política dos crimes comuns outorgou-se o direito de matar: bastava, agora,

alegar que alguém reagira, e tudo estava resolvido pelo auto de resistência. (VERANI, 1996 *apud* SOUZA, 2011, p. 157)

Três décadas após a Ditadura Militar, a Resolução Conjunta Nº2, de 13 de outubro de 2015, assinada pelo Conselho Superior de Polícia, alterou o uso do termo auto de resistência em registros policiais, boletins de ocorrência e inquéritos policiais das Polícias Federal e Civil. O texto foi publicado na edição de 4 de janeiro de 2016 do Diário Oficial da União e, a partir daquela data, as designações auto de resistência e resistência seguida de morte foram substituídas por outros termos, conforme descrito no documento

Art. 2º Os dirigentes dos órgãos de polícia judiciária providenciarão para que as ocorrências de que trata o art. 1º sejam registradas com a classificação "lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial" ou "homicídio decorrente de oposição à intervenção policial", conforme o caso. (CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA, 2015)

Embora a denominação auto de resistência tenha sido modificada nos procedimentos de investigação das Polícias Federal e Civil, o artigo 292 do Código de Processos Penais ainda permanece em vigor. De acordo com o artigo terceiro da Resolução do Conselho de Polícia, é do delegado de Polícia a autoridade para apurar a existência ou não de excesso no uso da força policial, cabendo a essa mesma autoridade a obrigatoriedade da instauração imediata de inquérito policial para esclarecimento da ação, caso a intervenção policial resulte em morte ou lesão corporal do resistente.

Antes de a Resolução do Conselho de Polícia entrar em vigor, os números de ações policiais que terminaram na morte ou lesão corporal de algum suspeito, no entanto, cresceram, segundo dados de pesquisas. É sobre esses números que trataremos a seguir.

## **2.1. Da força letal: a Polícia em números**

Embora não viva em sua história atual uma guerra civil declarada, o Brasil é o país do mundo com o maior número de mortes provocados pela Polícia. Durante todo o ano de 2014, 3.009 pessoas foram mortas por policiais militares e civis em todo o país. O dado é do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2015, e corresponde a 5,2% das mortes violentas intencionais provocadas em 2014, quando ao menos 58.497 pessoas foram assassinadas.

A estatística apresentada no relatório chama ainda mais atenção para o uso da força letal da Polícia quando seus dados são comparados. Em 2014, o número de mortes provocadas por agentes policiais foi 37,2% maior que no ano de 2013. Também no ano de 2014, o número de mortes de policiais durante ações (398) sofreu uma redução de 2,5% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizadas 408 mortes de policiais em serviço.

Comparando número de mortes ocasionadas pela Polícia em 2014 com o número de latrocínios cometidos naquele mesmo ano, o destaque para as ações violentas da polícia é 46,6% maior. O dado permite afirmar que, naquele ano, a Polícia matou mais que civis envolvidos em ações criminosas.

Recapitulando a história da atuação policial no Brasil, que viveu sob o Regime Militar, conforme exposto, é possível observar a presença do excesso no uso da força policial como uma das heranças negativas do período ditatorial. A esse respeito, Taiguara Souza escreve que

Reduzir a criminalidade e garantir a segurança pública, com o respeito integral aos direitos e garantias fundamentais, representa um grande desafio para as forças policiais sob égide de um regime democrático. Frequentemente, no entanto, ao invés de reduzir a violência, o aparato policial em vários Estados da federação acaba por estimulá-la por meio da própria violência institucional, através do uso arbitrário da força letal. Na ampla maioria dos homicídios praticados por policiais em incursões em favelas, os policiais autores alegam que os disparos de arma de fogo foram praticados diante de causas de exclusão de ilicitude, comumente legítima defesa, exercício regular do direito ou estrito cumprimento do dever legal. (SOUZA, 2011, p.156)

O amparo jurídico que embasava a justificativa policial para o uso de mecanismos letais no controle das supostas resistências à ordem do agente da autoridade, conforme exposto, está descrito no artigo 292 do Código de Processos Penais. A carência de mecanismos de fiscalização e regulação da atuação policial possibilitaram, até então, a ocorrência de abusos de poder e uso arbitrário da força.

Mesmo pontuando que podem, sim, existir ações policiais letais decorrentes de investidas criminosas de civis, Souza destaca que, “diante do padrão de permanente combate empreendido nas políticas de segurança, em muitos casos há o excesso no uso da força letal, acarretando uma banalização da utilização de autos de resistência para ocultar execuções sumárias” (SOUZA, 2011, p.156).

Entre os anos 1980 e 2014, o perfil das vítimas de homicídios cometidos por arma de fogo foi de jovens do sexo masculino, sendo os 20 anos a idade na qual foi registrado o pico de mortes por arma de fogo: 67,4 mortes por 100 mil jovens. Os dados são do Mapa da

Violência: Homicídios por arma de fogo no Brasil<sup>1</sup>, publicado em 2016. Desses, 94,4% eram do sexo masculino.

Entre os anos de 2003 e 2014, conforme dados do Mapa da Violência, a porcentagem de mortes por arma de fogo entre pessoas brancas sofreu uma queda de 26,1%: foram 13.224 mortes registradas em 2003, e 9.766, registradas em 2014. Em contrapartida, no mesmo período analisado, a porcentagem de negros mortos por arma de fogo aumentou 46,9%: foram 20.291 mortes registradas em 2003 e 29.813 registradas em 2014.

Embora o Mapa da Violência não diferencie quantas mortes por arma de fogo foram cometidas em ações da Polícia no período analisado, é possível propor que o perfil das vítimas letais de ações policiais não se distancia do apresentado. Historicamente, jovens negros em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sobretudo os residentes em comunidades carentes e favelas, espaços onde as desigualdades sociais são acentuadas, são alvo de ações policiais. Sobre a condição social e o perfil das vítimas, o sociólogo Gey Espinheira diz que

É preciso ter-se em conta que a posição de classe social e, conseqüentemente, onde e como mora em uma cidade são fatores ligados às condições estruturais da sociedade, e isso é o que enfatiza a distinção dos destinos pessoais na vida cotidiana ligados aos das classes sociais a que pertencem. O exemplo inequívoco e contundente dessa distinção é encontrado no corte social e étnico quando se analisa comparativamente os grupos afro-descendentes [...] São os negros e todos os demais tons que derivam dessa cor matriz os mais sacrificados pela violência, tanto a da proximidade, isto é, a decorrente da intolerância da vida comunitária, da vizinhança, como a desencadeada pelas polícias, Civil e Militar, no curso da vida cotidiana, sobretudo os jovens, de modo que as faixas em maior risco são as das idades de 14 a 25 anos, predominando as pessoas do sexo masculino. (ESPINHEIRA, 2006, p. 464, 465)

A invisibilidade de pessoas negras e pobres é uma realidade que dificulta avanços no combate às mortes em decorrência de ações policiais. A marginalização dos jovens negros socioeconomicamente vulneráveis é um fator amplificador deste processo, que é uma realidade em todos os estados do país. Espinheira explica que “a institucionalização do medo é corolário da aceitação tácita do crime como normalidade social, como uma resposta da sociedade a questões estruturais” (ESPINHEIRA, 2006, p. 464).

Na Bahia, o cenário não é diferente. Durante o ano de 2013, a Polícia baiana matou 313 pessoas. Desse total, 61 foram mortas por policiais civis em serviço, 234 por policiais militares

---

<sup>1</sup> O estudo focaliza a evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil no período de 1980 a 2014. Também é estudada a incidência de fatores como o sexo, a raça/cor e as idades das vítimas dessa mortalidade. Disponível em < <http://www.mapadaviolencia.org.br/> > Acesso em: 26 de setembro de 2016.



em serviço, e 18 por policiais civis fora de serviço. Em 2014, o uso da força letal pelas Polícias da Bahia fez 278 vítimas. O número é menor quando comparado ao ano anterior, mas ainda é um dado expressivo. Os dados de mortos em 2014 não foram detalhados no 9<sup>a</sup> Anuário de Segurança Pública, de onde as informações foram coletadas.

Os números que relacionam mortes de civis a atuação da Polícia amplificam o já recorrente debate sobre a política do Estado de “guerra contra as drogas” e o genocídio do povo negro, através do que Michel Misse chamou de “grupos de extermínio”

Foi somente na década de 50 que, como demonstrou Misse (1999), face ao crescimento dos crimes contra a propriedade, surgiram os chamados “grupos de extermínio”, inicialmente oficializados no interior das instituições policiais. Já a partir dos anos 80, o tráfico de drogas passou a ocupar um lugar de destaque na agenda da segurança pública devido ao fortalecimento das redes existentes do varejo de maconha, evidenciado após popularizar-se a comercialização de cocaína (Misse, 1997). Com o advento em escala mundial da “guerra contra as drogas”, aumentou-se a demanda pelo combate ao tráfico e à criminalidade de um modo geral, ainda que isso implicasse no emprego de práticas policiais arbitrárias. (MISSE, 1999 *apud* MISSE, 2011, p. 6)

O “combate às drogas” e o endurecimento das punições ganham força na estrutura do Estado. É sob esse cenário que nasce a estratégia contemporânea de genocídio do povo negro, principal grupo racial vítima da violência policial.

## **2.2. Da segregação punitiva como estratégia para o genocídio negro**

A definição do crime de genocídio surgiu no ano de 1948 após as milhares de mortes provocadas pelos conflitos militares durante a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945). Em 1948, a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio foi promulgada durante Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, que declarou o genocídio como um crime de direito dos povos e uma contradição as finalidades das Nações Unidas. No texto proposto, os países signatários das Nações Unidas concordaram, conforme foi documentado, que:

Artigo 1.º - As Partes Contratantes confirmam que o genocídio, seja cometido em tempo de paz ou em tempo de guerra, é um crime do direito dos povos, que desde já se comprometem a prevenir e a punir. Artigo 2.º - Na presente Convenção, entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo. (ONU, 1948a)

No Brasil, porém, a Convenção só passou a vigorar no ano de 1952, por meio do decreto Nº 30.822, período em que o país estava sob segundo mandato do presidente Getúlio Vargas. Mas as estratégias de genocídio do povo negro antecedem esse documento.

Desde o período da escravidão no Brasil (1530- 1888), mulheres e homens negros foram vítimas de explorações físicas, que muitas vezes levavam à morte, e sexuais, cujo resultado era a “purificação” da raça negra. Escravocratas brancos abusavam sexualmente de escravas negras, gerando crianças mulatas, isentas, no entanto, de quaisquer direitos sociais. Para Florestan Fernandes,

A despeito de qualquer vantagem de status social como ponte étnica destinada à salvação da raça ariana, a posição do mulato essencialmente se equivale àquela do negro: ambos vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca. O processo de mulatização, apoiado na exploração sexual da negra, retrata um fenômeno de puro e simples genocídio. Com o crescimento da população mulata, a raça negra está desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. E isto foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. (FERNANDES, 1978, p. 69)

Após 128 anos de escravidão, homens e mulheres negras continuam vítimas do preconceito, marginalizados socialmente e alvo do genocídio. Agora, por meio do que o sociólogo e jurista David Garland chamou de *segregação punitiva*, em face a “guerra às drogas”. A *segregação punitiva*, segundo Garland, consiste no endurecimento de medidas de punição e controle do crime e vai desde a privação da liberdade até o uso letal da força contra civis em nome da “lei e da ordem”. Essa estratégia, porém, não tem raízes brasileira. Seus moldes estão calcados no combate da também guerra às drogas dos Estados Unidos da América (EUA) e da Grã-Bretanha, cujas políticas de combate centram em severas penas de punição. A *segregação punitiva*, no entanto, está em maior escala para grupos socialmente vulneráveis, nos quais os negros se inserem em predominância. O pensamento do autor sobre o endurecimento de punições sugere que

Condenações mais severas e o uso no encarceramento; “*three Strikes*” e penas privativas de liberdade mínimas obrigatórias; cumprimento integral das penas e restrições à aplicação da liberdade vigiada; proscrição das benesses nas prisões e “cadeias austeras”; retribuição nos juizados de menores e o encarceramento de crianças; a revivificação do acorrentamento coletivo de presos e penas corporais; campos de tratamento e prisões de segurança máxima; a multiplicação de crimes punidos com pena de morte e do número de execuções efetivadas; leis sobre notificação comunitária e registro de pedófilos; políticas de tolerância zero e penas restritivas de certos

comportamentos. Existe agora uma extensa lista de medidas que parece denotar uma virada punitiva na punição contemporânea. (GARLAND, 2014, p. 315)

Embora calcada nos Estados Unidos e Grã-Bretanha, a análise do autor ajuda igualmente a compreender tal estratégia de guerra às drogas - e conseqüentemente o genocídio negro - em curso no Brasil. O modelo de combate às drogas analisado pelo autor dá conta de explicar que a postura da *segregação punitiva*, conforme ele pontua, concede ao Estado a imagem de autoridade superior diante das manifestações sociais contra insegurança. Para Garland,

As autoridades governamentais - especialmente autoridades eleitas - são profundamente ambivalentes quanto a estas estratégias, frequentemente subtraindo-se às suas implicações. Sob certas circunstâncias ou em relação a certos tipos de crimes e criminosos, elas respondem ao dilema negando-o e reativando o velho mito do Estado soberano. O resultado é a emergência de modelos expressivos e intensivos de policiamento e punição que objetivam canalizar o sentimento público e a força total de autoridade do Estado.(GARLAND, 2014, p.313)

No Brasil, o uso da força total de autoridade do Estado, porém, tem amparo de parte da opinião pública. 50% das pessoas que moram em grandes capitais brasileiras concordam com a tese “bandido bom é bandido morto”. No que diz respeito a aprovação da tese pelas regiões do país, a pesquisa do 9ª Anuário de Segurança Pública identificou que 54% das pessoas que moram na região sul do Brasil foram favoráveis ao uso da força letal da Polícia. Considerando apenas a cor dos entrevistados, 53,5% dos que concordaram com a afirmação se autodeclararam brancos; já em relação ao sexo dos entrevistados que concordaram com a tese, 52,1% eram homens. 45,3% foram contrários; 3% não concordou, nem discordou; 2% não soube opinar, conforme dados da pesquisa.

Nesse contexto de apoio de parte da opinião pública, o Estado, por sua vez, perpetua a sua política de combate às drogas através da *segregação punitiva*, que, nos casos das execuções extrajudiciais, relega a presunção da inocência. O debate sobre segurança pública, deste modo, limita-se apenas à temática do tráfico e consumo de entorpecentes, sendo o negro a figura posta como ator principal dessa relação. A esse respeito, Michel Misse escreve que

Apesar de o problema da insegurança em muito ultrapassar a sua relação com o tráfico de drogas, este passou a ser representado como o foco central e a origem da questão da chamada violência urbana. As políticas de enfrentamento à criminalidade baseadas no confronto violento desfrutaram do aval de boa parte da opinião pública, que considera necessário o uso

preponderante da força pelo Estado perante os grupos de criminosos. Tal posicionamento intensificou-se principalmente a partir do fortalecimento bélico do varejo de drogas em favelas, já nos anos 1990. (MISSE, 2011, p.6,7)

Já Garland considera que o apoio da opinião pública às ações punitivas praticadas pelo Estado “é um fenômeno superficial, gerado pela mídia” (GALAND, 2014, p. 320). É partindo desse pressuposto que, mais adiante, faremos um esforço de análise da relação entre as notícias de violência e a ação do Estado.

### **2.3. Da questão dos direitos humanos**

Entre os principais mecanismos de *segregação punitiva*, termo proposto por Galand e que se configurou, conforme exposto, como uma estratégia atual de controle do crime - sendo o povo negro o principal atingido por essa estratégia -, as ações da Polícia contra civis em nome da lei e da ordem vão, porém, de encontro ao direito à vida, expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). O documento foi proclamado em 10 de Dezembro de 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris. A adoção da norma ocorreu três anos após os conflitos militares da Segunda Guerra Mundial, considerado um dos mais letais da história da humanidade.

Durante a guerra, grandes potências e outros países uniram-se em dois grupos militares oponentes, Eixo e Aliados, que, em função da disputa de território e poder, promoveram ataques e mortes a milhares de civis. Ao fim da hecatombe, a Organização das Nações Unidas (ONU) substituiu a Liga das Nações (1919-1946), com o compromisso de promover o respeito universal, os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais.

Em a ‘A Era dos Direitos’, o cientista político e filósofo Norberto Bobbio destaca que foi a partir da Declaração Universal que as questões referentes aos Direitos Humanos passaram a ser mais discutidas. Foi também a partir desse documento que se pode observar, pela primeira vez, um consenso entre os povos sobre a proteção universal dos Direitos Humanos. A esse respeito, Bobbio escreve que

A partir de então, foi acolhido como inspiração e orientação no processo de crescimento de toda a comunidade internacional no sentido de uma comunidade não só de Estados, mas de indivíduos livres e iguais (...) Com essa declaração, um sistema de valores é — pela primeira vez na história — universal, não em princípio, mas de fato, na medida em que o consenso sobre sua validade e sua capacidade para reger os destinos da comunidade futura de todos os homens foi explicitamente declarado. (BOBBIO, 1998, p.18)

Para além de dar unidade a questão dos Direitos Humanos, a DUDH também serviu como base para a construção de outros documentos, a exemplo do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em vigor no Brasil desde 24 de abril de 1992. A Declaração também foi base para a formulação de Constituições Federais de diversos países, a exemplo da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que assegura em seu artigo quinto direitos e deveres a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil como, por exemplo, a garantia do direito à vida.

Entre os 30 artigos presentes no texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seis recebem destaque neste trabalho por estarem diretamente relacionados com as garantias do direito à vida, à segurança e a defesa. Os artigos propõem que:

Artigo I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação

Artigo IX - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo XI - I. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. II. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso. (ONU, 1948b)

Mesmo assegurada pela Declaração, Pacto Internacional, Convenção, Constituição, etc., a garantia do direito à vida parece se apresentar como um desafio para o Brasil - e outros países do mundo - , diante dos crescentes casos de uso da força policial de forma arbitrária, que incide principalmente contra os homens negros moradores de áreas periféricas. São eles os principais alvos de ações de abordagem e as principais vítimas letais dos supostos confrontos policiais, cometidos sob a justificativas de legítima defesa.

A estatística de 37,2% mortes a mais cometidas por policiais no ano de 2014 em relação ao ano 2013 chama atenção para o uso da força letal da Polícia. O crescimento da estatística de

mortes naquele período decorrente de supostos confrontos policiais e as características que constituem os autos de resistência – que, na maioria dos casos, ocorrem em periferias das grandes cidades brasileiras, e que atingem sobretudo homens negros - atrai o olhar para um debate sobre a questão de uma implantação extrajudicial da pena de morte no Brasil.

Proibida no país, exceto em caso de guerra declarada, conforme previsto na alínea A, inciso XLVII, do artigo 5 da Constituição Federal, diante das estatísticas de violência letal da Polícia, parece existir uma extrajudicialização da pena capital como punição máxima para quem comete algum crime - ou é suspeito. A presunção da inocência e o direito à defesa, conforme especificado no artigo XI, inciso I da DUDH, perdem significância diante das mortes cometidas pela Polícia de forma arbitrária. É a Polícia que julga, condena e executa a sua própria pena, a pena de morte.

Para Bobbio, o Estado - representado pela Polícia - utiliza o argumento de legítima defesa ou o de estado de necessidade para justificar o uso da pena capital como punição para um ato delituoso. Ele pontua que a constância do uso de tal justificativa da Polícia para o cometimento do crime de homicídio consiste na ausência de punição e na não incriminação para o próprio Estado, uma vez que ele é o detentor da força. “O que vale para o indivíduo, assim se argumenta, não tem por que não valer também para o Estado” (BOBBIO, 1998, p.79). Tal postura, porém, é criticada pelo autor. Para ele, não há proporcionalidade no uso da justificativa de legítima defesa quando ela é apresentada pelo Estado, uma vez que ele, regido pela Constituição, tem a obrigação legal de garantir o direito à vida.

Tanto o estado de necessidade quanto a legítima defesa operam como causas de justificação, no pressuposto de que o indivíduo em certas circunstâncias, precisamente nas circunstâncias em que não pode deixar de violar a lei (a necessidade não tem lei) sem que sua vida fique séria e gravemente ameaçada, não tem alternativas. O Estado — como detentor do monopólio da força e como conjunto de aparelhos que se encarregam, de várias maneiras, do exercício da força — não se encontra habitualmente em tais situações (nas quais pode encontrar-se o policial enquanto indivíduo, o qual, como qualquer outro cidadão, pode beneficiar-se da exceção da legítima defesa): o Estado dispõe de penas alternativas e, portanto, não é obrigado a matar para infligir a pena. (BOBBIO, 1998, p. 80).

Criado no Brasil ano de 2010 como o propósito de assegurar os direitos básicos ao povo negro, como educação, saúde, moradia e segurança, o Estatuto da Igualdade Racial tornou obrigatório que o Estado dispusesse de mecanismos de promoção de igualdade socioeconômica para o povo negro, seja através de oportunidades iguais de emprego, educação, saúde, moradia e de segurança. Sobre o acesso do povo negro à Justiça e a segurança, o Estatuto diz que:

Art. 52. É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos.

Parágrafo único. O Estado assegurará atenção às mulheres negras em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica.

Art. 53. O Estado adotará medidas especiais para coibir a violência policial incidente sobre a população negra.

Parágrafo único. O Estado implementará ações de ressocialização e proteção da juventude negra em conflito com a lei e exposta a experiências de exclusão social. (BRASIL, 2010)

A crescente estatística de violência policial permite analisar, conseqüentemente, que o Estado tem ido na contramão daquilo que especifica o artigo 53 do Estatuto. Cada vez mais, suspeitos de cometer um ato delituoso são punidos pela Polícia (que representa a força do Estado) com a própria vida. Há, portanto, uma ruptura na garantia dos Direitos Humanos, cujo dever de assegurá-los a todos os cidadãos é do Estado.

Como já exposto anteriormente, a violação da Polícia do direito à vida recebe apoio de 50% dos moradores das capitais brasileiras e que, segundo Garland, há uma relação estabelecida entre o conteúdo sobre violência apresentado na mídia e o uso da força letal por parte do Estado. Diante disso, a partir de agora, traçaremos um panorama de como os produtos da imprensa têm contribuído para a manutenção da violência da Polícia, violação do direito à vida - e para genocídio do povo negro.

### 3. DA CONSTRUÇÃO MUDIÁTICA DA REALIDADE

Para tentarmos entender como os meios de comunicação de massa se relacionam com o pensamento da opinião pública no que diz respeito a discussão dos problemas sociais, faremos, agora, uma breve retrospectiva no conceito de uma das principais teorias da comunicação e do jornalismo: a hipótese do agendamento.

Proposta na década de 1970 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, a hipótese da *Agenda Setting*, como também é conhecida, propõe que são os meios de comunicação de massa que determinam a agenda, ou seja, a prioridade de quais questões sociais deverão ser discutidas nas esferas pública e política, por exemplo. Seu conceito teórico proposto por Shaw considera que

em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público é ciente ou ignora, dá atenção ou descuida, enfatiza ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem

a incluir ou excluir dos próprios conhecimentos o que a mídia inclui ou exclui do próprio conteúdo. Além disso, o público tende a conferir ao que ele inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos meios de comunicação de massa aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, p.96 *apud* WOLF, 2008, 143)

O conceito apresentado por Shaw permite observar uma questão fundamental na *agenda setting*: trata-se de uma teoria ligada aos efeitos que os meios de comunicação causam à opinião pública. Não se trata, porém, de efeitos imediatos, como propôs, por exemplo, a teoria hipodérmica da comunicação<sup>2</sup>. Embora sua discussão esteja ligada a efeitos, a hipótese do agendamento se relaciona com o que a exposição aos meios de comunicação causa a longo prazo. Mauro Wolf escreve que

muda, em primeiro lugar, o *tipo de efeito*, que não mais concerne às atitudes, aos valores, ao comportamento do destinatário, mas é um *efeito cognitivo* sobre os sistemas de conhecimentos que o indivíduo assume e estrutura com estabilidade, devido ao seu consumo de comunicação de massa. Em segundo lugar, muda o quadro temporal: não mais efeitos pontuais, ligados à exposição a cada mensagem, mas efeitos cumulativos, sedimentados no tempo. (WOLF, 2008, p. 138,139)

A mudança de foco nos efeitos altera a orientação das pesquisas do *Mass Communication Research*. A passagem do estudo dos efeitos limitados, que defendia que os meios de comunicação exerciam papel limitado de influência, para a pesquisa dos efeitos cognitivos, cujos efeitos da mídia são observados em um espaço temporal, proporciona o abandono do modelo transmissivo de comunicação para um modelo voltado para o processo de significação, a partir do qual a mídia desempenha função de construção da realidade (WOLF, 2008).

Para Wilson Gomes (2004), a comunicação exerce um papel específico sobre o cognitivo, uma vez que outros aspectos também atuam na ordem da percepção humana. O papel da comunicação nesse processo, ele observa, tem importante significação.

Como é óbvio supor, a comunicação de massa não representa a única forma de satisfação da demanda cognitiva da sociedade. A educação formal, a ciência, os contatos interpessoais, a cultura e os livros conservam a sua importância. A comunicação de massa tornou-se, na verdade, imprescindível para a resolução de uma determinado tipo de necessidade cognitiva: a demanda de conhecimento

---

<sup>2</sup> Nas palavras de Armand e Michèle Mattelart, na teoria hipodérmica, “a audiência é visada como um alvo amorfo que obedece cegamente ao esquema estímulo-resposta. Supõe-se que a mídia aja segundo o modelo da “agulha hipodérmica”, termo forjado por Lasswell para designar o efeito ou impacto direto e indiferenciado sobre os indivíduos atomizados”. (MATTELART, 1999, p.37)



pontual sobre o atual estado do mundo, sobre aquilo que podemos chamar de *atualidade*. (GOMES, 2004, p. 321)

É por meio da *atualidade*, segundo o autor, que temos acesso ao que está além do alcance do que ele chamou de “mundo tangível”, isto é, o que está além do alcance das nossas interações pessoais com o mundo real. O mundo real nos é apresentado, portanto, pelos meios de comunicação. É, apesar disso, um mundo cuja realidade é construída.

Enquanto fundo e fundamento, o mundo real está presente ao nosso conhecimento apenas na experiência direta e na experiência mediada, ficando o remanescente como uma espécie de matéria-prima não elaborada, apenas potencialmente disponível. Em suma, desejaríamos conhecer cotidianamente o mundo real, mas obtemos do mundo, entretanto, apenas aquilo que nos é disponibilizado cognitivamente pelas experiências pessoais e comunitárias por imersão e, sobretudo, aquilo que resulta da seleção e edição dos sistemas informativos da comunicação de massa. (GOMES, 2004, p. 323)

A realidade construída pelos meios de comunicação de massa ocupa a necessidade cognitiva da atualidade. Para construir uma realidade do mundo, porém, os meios de comunicação se valem de técnicas, de processos de produção, de seleção daquilo que julgam como prioridade de discussão social. É nesse aspecto que a hipótese do agendamento se relaciona com a construção da realidade.

O homem da sociedade de massa orienta a sua própria conduta e situa-se no mundo bem mais em função do quadro cotidiano da atualidade jornalística do que do círculo empobrecido, afetiva e gnosiologizante, das suas relações tangíveis, imediatas (...) resta, então, que a necessidade de conhecimento e orientação da sociabilidade cotidiana tem que ser resolvida através do estoque informacional produzido, selecionado, editado e difundido pelos ambientes profissionais da comunicação de massa. Neste estoque estão os temas, quesitos, imagens em que as interações sociais podem ser estabelecidas. Ao contrário do mundo tangível, a atualidade midiática cria sociabilidade em termos relevantes e fornece o quadro necessário para a orientação do indivíduo moderno face à realidade. (GOMES, 2004, p.324)

A substância que os *mass media* utilizam para suprir à demanda cognitiva da atualidade - demanda, aliás, criada pelos próprios meios de comunicação -, explica Gomes, são materiais informativos e temas. Para ele, os materiais são “uma série de noções concisas, estruturadas segundo critérios técnicos e profissionais, acerca de coisas, acontecimentos, pessoas e relações do mundo real. Já sobre os temas, o autor pontua que são “noções concisas enquanto objetos de discurso e de atenção dos indivíduos na sua prática comunicativa cotidiana”. (GOMES, 2004, p. 325). É sobre esses termos que, segundo o Gomes, a realidade é construída pela mídia.

A indústria da informação não apenas nos diz o que devemos considerar como mundo real (embora seja apenas atualidade midiática), mas como e com que

propriedade ou urgência o devemos considerar e, sobretudo, porque a devemos considerar. “Considerar”, neste sentido, é apenas um nome geral para indicar comportamentos e atitudes fundamentais como pensar, dizer, discutir, conversar, usar como parâmetro para orientação das próprias decisões. (GOMES, 2004, p. 325)

A questão dos efeitos sobre o comportamento que os meios de comunicação podem causar à recepção, conforme já dito, não são relativos a efeitos imediatos. É preciso, antes de tudo, uma exposição prolongada aos temas priorizados pelos meios de comunicação para que ocorram os efeitos na ordem do psicológico, da percepção. Só após esse processo que podem ocorrer efeitos comportamentais da recepção. “A ênfase constante de certos temas, aspectos e problemas forma uma moldura interpretativa, um esquema de conhecimento, um *frame* que se aplica (de maneira mais ou menos consistente) para dar sentido ao que observamos”. (WOLF, 2008, p.145)

Ainda sobre os efeitos, Wolf explica que eles ocorrem em duas fases: a primeira diz respeito às discussões sociais. O autor pontua que as nossas experiências, o nosso comportamento em relação as atualidades do mundo é conduzido pelo que dizem os meios de comunicação. Já a segunda fase diz respeito a hierarquia de discussão dessa atualidade, que também é direcionado pelos meios de comunicação.

Salientando essa crescente dependência cognitiva da mídia, a hipótese da *agenda-setting* postula um impacto direto - mesmo que não imediato - sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: *a.* a “ordem do dia” dos temas, argumentos, problemas, presentes na agenda da mídia; *b.* a hierarquia de importância e de prioridade com que esses elementos estão dispostos na “ordem do dia”. (WOLF, 2008, p. 145, 146)

Em sua análise sobre a hipótese da *agenda setting*, Wolf também chama atenção para as pesquisas de McClure e Patterson (1976) sobre o diferente poder de agenda dos diferentes meios de comunicação. Wolf destaca, por exemplo, a comparação feita pelos autores sobre a capacidade de agendamento da televisão e dos veículos impressos. A conclusão da pesquisa de McClure e Patterson destacada pelo autor é a de que a agenda proposta pelos veículos impressos têm maiores efeitos sobre a recepção.

Ambos os meios são dotados de um poder diferente de influência: as notícias televisivas são muito breves, velozes, heterogêneas e “amarradas” num formato temporal limitado, ou seja, são muito fragmentárias para ter um efeito significativo de agenda. Sendo assim, as características de produção dos noticiários televisivos não permitem uma eficácia cognitiva duradoura, enquanto, por outro lado, a informação impressa ainda possui a capacidade de indicar com eficácia a variada relevância dos problemas apresentados. (WOLF, 2008, p. 147,148)

Outro aspecto importante no que toca a revisão conceitual da hipótese da *agenda setting* é o da compreensão do enquadramento (*frame*) como segundo nível dessa hipótese. Nas palavras de Gutmann (2006), “o *frame* seria justamente o quadro a partir do qual um determinado tema é pautado e, conseqüentemente, processado e discutido na esfera pública”. (2006, p.30). Desse modo, o enquadramento funciona como uma moldura, como um ângulo a partir do qual a realidade agendada pelos meios de comunicação é representada.

Portanto, se o *framing* significa um modo de enquadrar um problema antes agendado, o processo denominado segundo nível do agenda-setting, caracterizado pelos predicados destacados na abordagem de um tema, pode ser pensado como parte desta primeira hipótese. (GUTMANN, 2006, p. 45)

Partindo desse princípio, a questão norteadora do enquadramento como segundo nível da *agenda setting*, ainda conforme Gutmann, vai sustentar que “os elementos enfatizados pela mídia no estabelecimento de agendas influenciam na ênfase dada a esses mesmos elementos pelo público na construção de suas visões de mundo” (GUTMANN, 2006, p. 43). É importante destacar que não se trata de uma influência imediata, mas de uma influência construída a partir longas experiências de exposição e de sedimentação dos conteúdos enfatizados pela mídia.

Compreender o enquadramento como segundo nível da hipótese da *agenda setting* e as suas implicações nesse processo tem grande significado neste trabalho, uma vez que a forma como os jornais baianos pautam as notícias de violência, inclusive a violência policial, nos ajudará a alcançar um dos nossos objetivos de pesquisa.

As pesquisas e discussões sobre a hipótese da *agenda setting* e seus efeitos cognitivos são extensas. Por este tópico tratar, prioritariamente, de uma revisão conceitual da teoria, não abordaremos, aqui, as questões relativas, por exemplo, as diferentes agendas dos diferentes meios de comunicação; entre outros aspecto que englobam a hipótese. Delimitaremos esta revisão a questão relativa ao agendamento e a predisposição da recepção.

Conforme exposto, a hipótese do agendamento trata dos efeitos indiretos causados pelos diferentes meios de comunicação - são eles que nos fornecem a realidade construída e que norteiam o agendamento e prioridade que damos para as discussões das questões sociais. Mas, não se trata de um processo de norteamo no qual o receptor é passivo. Há uma predisposição desse receptor, uma vez que a teoria considera também outros agentes no processo dos efeitos cognitivos como, por exemplo, as relações interpessoais. Há, de certo modo, uma negociação que os meios de comunicação estabelece com a recepção. Sobre essa questão, Wolf escreve que

Trata-se, indubitavelmente, de um ponto delicado: de um lado, existe a vontade de inserir a problemática mais “tradicional” sobre os efeitos (percepção, exposição, memorização seletivas) na hipótese da *agenda-setting*, explicitando sua complementaridade; de outro, há também a dificuldade de construir uma teoria sobre efeitos puramente cognitivos, distintos do componente de valor. A hipótese da *agenda-setting* sustenta que a mídia é eficaz na construção da imagem da realidade que o indivíduo começa a estruturar. Essa imagem - que é simplesmente uma metáfora representativa da totalidade de toda informação sobre o mundo, que cada indivíduo tratou, organizou e acumulou - pode ser pensada como um padrão em relação ao que a informação nova é confrontada para dar-lhe o seu significado. (WOLF, 2008, p. 152,153)

Uma vez revisado o conceito da teoria do agendamento, veremos, agora, a relação entre as notícias de violência divulgadas nos meios de comunicação e a opinião pública.

### 3.1 Os *mass media* e as notícias de violência

Entre os problemas sociais que costumam receber prioridade e agendamento nos meios de comunicação de massa está a questão da violência. Não é raro o tema ocupar, com grande destaque, inclusive, o noticiário dos diferentes veículos de imprensa. A gênese do processo de exploração comercial da violência é antiga.

Antes da década de 1960, o debate sobre punição e controle do crime era assunto espinhoso na política dos EUA e da Grã-Bretanha. Foi somente a partir daquela década que grupos políticos dos EUA, e já nos anos 1970 grupos da Grã-Bretanha, passaram a concentrar atenção nesta questão nos debates eleitorais. Antes daquelas décadas, coube à imprensa suscitar o debate sobre controle do crime e punições, tendo em vista o crescimento de violações contra o patrimônio nos anos 1950. Nesse tempo, nas palavras de Galand, os *mass média* voltaram a atenção para a questão, criando campanhas que representavam de forma equivocada o crime e o sentimento público.

O apoio público por mais “lei e ordem” é, de acordo com esta linha de pensamento, o resultado fabricado de uma retórica política manipuladora e de uma imprensa popular panfletária. Não pode haver dúvida de que as notícias dos tabloides e a ficção televisionada são importantes definidores do conhecimento popular relativo ao crime e que o resultado disso é uma boa dose de desinformação e de mistificação. Também é verdadeiro que as atitudes públicas sobre o crime e a pena são condicionados pela informação e às vezes talvez sejam mudadas através de meios educativos. (GARLAND, 2014, p. 321).

Conforme propõe o autor, naqueles países, é a imprensa que desperta na opinião pública o debate sobre punições e controle da criminalidade, quando intensifica as representações do

crime e oferta para a opinião pública como produto. O Estado, por sua vez, reage e oferta como resposta o endurecimento do combate ao crime por meio da segregação punitiva, conforme já visto.

Para Galard, as representações do crime nos meios de comunicação de massa, sobretudo nos telejornais, ampliam a sensação de insegurança e o sentimento de medo. O medo, explica o autor, não decorre das representações do crime ofertadas pelos meios de comunicação, mas pela sensação de insegurança que a notícia do crime em si proporciona. É através dos meios de comunicação, pontua o autor, que a percepção sobre violência ganham viés emocional.

Estas representações da mídia indubitavelmente conferem forma e inflexão emocional à nossa experiência do crime, de forma amplamente ditada pela estrutura e pelos valores da mídia e não pelo fenômeno por ela retratado. A cobertura seletiva da mídia de histórias de crime e seus dramas criminais inverossímeis tendem a distorcer a percepção pública do problema. Assim também o privilegiamento do que pode ser chamado de "discurso da vítima" sobre o "discurso do sistema" - a preferência retórica da mídia pelos relatos pessoais daqueles abandonados pelo sistema penal à análise política daqueles que o representam. Esta preferência nos induz a reagir ao crime como se este fosse um drama humano, emocional, levando-nos a achar que os criminosos são mais numerosos e mais perigosos do que realmente são. Isto não significa dizer que a mídia tenha produzido nosso interesse pelo crime ou que tenha produzido o punitivismo popular que desponta como forte corrente política nos dias atuais. (GARLAND, 2014, p. 338)

Partindo desse pressuposto - e das questões referentes aos efeitos cognitivos da teoria do agendamento, conforme exposto -, é possível sugerir que os meios de comunicação de massa contribuem para a construção de uma percepção pública do crime e da criminalidade. Percepção esta que tem em sua estrutura a atuação das áreas emocional e psicológica. O autor diz que a mídia institucionalizou tal percepção ao ofertar, sistemática e cotidianamente, representações de violência. Ainda conforme o autor, as fases que seguem esse processo são reativas: a opinião pública, imbuída do sentimento de insegurança, conclama a presença do Estado, que, em resposta, utiliza os mecanismos da segregação punitiva para o controle do crime e, conseqüentemente, da sensação de insegurança.

Para a socióloga Maria Stela Grossi Porto, “os meios de massa, se não são diretamente responsáveis pelo aumento da violência e da criminalidade, seria, quando menos, um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que aí a violência é, não raro, apresentada, como um comportamento valorizado” (PORTO, 2009, p. 160).

Conforme exposto no início deste capítulo, 50% das pessoas que moram em capitais do Brasil concordam com a afirmação “bandido bom é bandido morto”. As notícias sobre violência, escreve Jean Wyllys, reforçam a sensação de constante crescimento de insegurança

Independente de estatísticas, dados e mapas acerca da criminalidade levantados por especialistas em violência urbana, os episódios em “páginas policiais” de jornais impressos e programas de televisão e rádio que exploram comercialmente a criminalidade praticada pelos pobres (re)configuram um imaginário popular em que sempre se está na expectativa de crescimento descontrolado da violência e, por isso, numa permanente tolerância em relação à violência policial e na demanda de mais policiamento - e não por políticas públicas que incidam sobre as raízes da criminalidade urbana! (...) pedem não apenas mais polícia, mas uma polícia mais dura, passando a ser tolerante com a violência policial, representada pela tortura nas delegacias e nas prisões, pelas execuções extrajudiciais a céu aberto, pelas prisões arbitrárias, enfim, pela indiferença a qualquer garantia constitucional e a qualquer respeito pelos direitos humanos e dos cidadãos. (WYLLYS, 2015, p. 52,53)

Desse modo, arriscamos propor que as notícias de violência contribuem para a construção de uma outra perspectiva da violência. Trata-se, agora, da violência institucionalizada, uniformizada, representada pela letalidade da força usada pelo Estado para combater a sensação de insegurança provocada pelas notícias de violência.

### **3.2. As notícias de violência nos jornais *Correio\** e *Massa!***

As notícias sobre violência, conforme exposto, possuem papel relevante no processo de construção do debate sobre segurança pública e na formulação da opinião pública sobre a atuação do Estado diante da questão. Na imprensa baiana, seguindo o caminho da imprensa brasileira, a exploração mercadológica dos fatos violentos recebe destaque em detrimento do aprofundamento da discussão sobre o tema. Entre os jornais impressos da Bahia que exploram as notícias sobre violência, dois recebem destaque neste trabalho.

Com linhas editoriais que propõem uma posição mercadológica popular, os jornais *Correio\**, do grupo Rede Bahia, e *Massa!*, do grupo *A Tarde*, ofertam como parte do resultado de suas produções notícias sobre as mais variadas formas de violência, inclusive a violência policial. O destaque concedido aos veículos ocorre por serem, no caso do *Correio\**, o jornal impresso de maior circulação na Bahia, e do *Massa!*, por dar destaque às notícias de polícia em suas produções.

Criado no ano de 1979, o jornal *Correio*<sup>3</sup> passou por uma sequência de reformulações gráficas e editorial, tendo a sua mudança mais expressiva ocorrida no ano de 2008, quando o jornal passou a ter o formato *berliner*, com páginas menores, coloridas, com textos curtos e mais imagens. As mudanças na publicação ocorreram após a morte do fundador e dono, o então governador da Bahia e ex-senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), falecido em 2007. Em sua primeira edição, publicada em 15 de janeiro de 1979, pouco antes de ACM assumir o seu segundo mandato como governador, o jornal divulgou matérias que abordavam os principais problemas da Bahia em relação a saúde, transporte e abastecimento, enfatizando que a gestão de ACM trabalharia para superar tais problemas.

Antes de ser reformulado no ano de 2008 o então jornal *Correio da Bahia* era utilizado como canal de divulgação das ações desenvolvidas por ACM durante a sua gestão como governador. Após a reestruturação editorial, o jornal passou a figurar como líder de circulação. Nesse contexto, em 2010, o grupo *A Trade*, dono do jornal *A Tarde* que, até então, figurava como líder de circulação na Bahia, cria o jornal *Massa!*, com linha editorial e formato mais populares, com o intuito de fazer frente à nova concorrência firmada pelo agora jornal *Correio*\*

Entre os jornais *Correio*\* e *Massa!*, há, porém, um ponto de interseção. Em ambas publicações, as notícias de violência estão presentes em suas páginas. A exploração dessas notícias por viés que alcança o emocional conferem a essas publicações competitividade entre elas e aguçam interesse e curiosidade dos seus públicos, de classes sociais mais populares. São essas notícias que prospectam aos jornais consumidores e, como consequência disso, anunciantes.

Com o crescimento do poder aquisitivo e uma série de avanços, como o da escolaridade, levou ao surgimento de uma classe média “ávida por consumo” por um lado, e, por outro, o surgimento de um público em potencial para as empresas (e atraente para anunciantes). Buscando chamar atenção deste segmento, o empresariado tem apostado em jornais que seguem uma tendência sensacionalista, com impactos no conteúdo e no posicionamento discursivo dos suportes, aspecto que será abordado em momento posterior. Um dos produtos constantes presentes na vitrine destes veículos impressos para atrair o público são as notícias sobre violência, bem como a exploração do erotismo e de matérias de serviço, em último nível. (FERREIRA; ANDRADE; MOURA, 2012, p.25, 26)

Um outro ponto comum entre as duas publicações é a presença do que Suzana Varjão denominou de *violências*. O termo é uma junção dos conceitos de violência física, proposto

---

<sup>3</sup> Mais informações sobre a história do Jornal *Correio*\* disponível em <  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-bahia>>

pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e de violência simbólica, baseada nas perspectivas do sociólogo francês Pierre Bourdieu. A definição de violência física compreende que:

Violência física deve, portanto, ser compreendida, aqui, como a decorrente do “uso da força física, ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (VARJÃO, 2008, p. 32)

Já a definição de violência simbólica proposta por Bourdieu e considerada por Varjão entende

Violência simbólica como todo e qualquer instrumento - estruturante ou estruturado - de comunicação e de conhecimento que contribua para operacionalizar ou legitimar a dominação de uma classe sobre outra, o que significa, por extensão, de grupos de indivíduos sobre outros (VARJÃO, 2008, p. 33)

Embora o conceito de *violências* proposto pela autora esteja presente nas notícias de violência de ambas publicações, as representações, isto é, a forma como os jornais *Correio\** e *Massa!*, apresentam seus conteúdos são variáveis.

O posicionamento discursivo de *Massa!* e *Correio\** estabelece-se em um espaço comum e estreito de concorrência. Para se singularizar, cada um deles traça estratégias de funcionamento, produção, organização das matérias significantes, ou seja, meios discursivos para seduzir, atrair e fidelizar o leitor, cada vez mais em busca de informação e linguagem simples, direta, fácil de ler no ônibus, no trabalho, no banco da praça. Para atingir tais objetivos, e se destacar neste mercado de concorrência, os enunciadores revertem-se de papéis sociais ao enunciar: a partir da análise da capa e das reportagens do jornal *Massa!* é possível verificar que o enunciadador ora assume o papel social da polícia (investiga e prende acusados), ora de juiz (condena ou absolve); o *Correio\**, por sua vez, revela um enunciadador que busca se posicionar como mais distanciado do fato narrado. (FERREIRA; ANDRADE; MOURA, 2012, p.51)

É partindo da perspectiva de que *Correio\** e *Massa!* assumem posturas diferentes em relação às estratégias de publicação dos conteúdos de violência que iniciaremos um trabalho de análise do conteúdo das notícias de violência publicadas em ambos jornais. Neste trabalho, todavia, faremos um recorte de análise das notícias envolvendo atos de resistência policial.



## ***O MÉTODO DE PESQUISA***

#### 4. ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE O MÉTODO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A pesquisa de análise das notícias de auto de resistência policial dos jornais *Correio\** e *Massa!* confere, antes de tudo, a adoção de um método de trabalho para que os objetivos da presente proposta sejam alcançados e para que se obtenha o rigor de uma pesquisa científica.

Neste trabalho, o objetivo principal é identificar como as notícias de autos de resistência policial publicadas pelos dois já citados jornais baianos retratam as condições daqueles que sofrem as ações, em especial quando esses são negros. Desse modo, para obter elementos que servirão de base para averiguação do objetivo central estabelecido, concentraremos a atenção de trabalho nas notícias, isto é, nas mensagens publicadas pelos jornais *Correio\** e *Massa!* sobre autos de resistência. Por essa razão, o método de trabalho aplicado será o da Análise de Conteúdo (AC).

Embora seja uma método de pesquisa com grandes contribuições em diferentes áreas do conhecimento, a exemplo das ciências políticas, psicologia, etnologia, sociologia, literatura, entre outras, é no campo das comunicações de massa que a AC vai ofertar suas principais contribuições (KIENTZ, 1973). Nesse método, conforme propõe Albert Kientz, são as mensagens o objeto exclusivo das investigações. Laurence Bardin define que “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 1977). Já nas palavras de Bernard Berelson, a técnica consiste na “descrição objetiva, sistemática e quantitativa, do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por finalidade interpretá-las” (BERELSON, 1952, p. 18 *apud* KIENTZ, 1973, p. 10). Ainda nas palavras de Kientz,

as mensagens, produtos materiais da indústria de comunicação, prestam-se muito mais facilmente às operações clássicas da análise: decomposição de um todo em seus elementos constituintes, estudo das relações que esses elementos têm entre si. As mensagens são objetos materiais, suscetíveis de medição e de quantificação. A análise de conteúdo decompõe-nos, recenseia os seus elementos, calcula as frequências de aparecimento, apura as correlações. (KIENTZ, 1973, p. 21)

Na formulação de Bardin, a Análise de Conteúdo

não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 1977, P. 31)

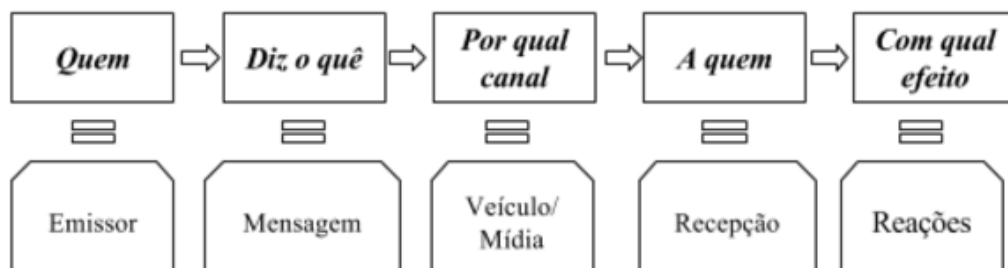
Na linhagem histórica apresentada por Bardin, a hermenêutica, “a arte de interpretar os textos sagrados ou misteriosos” (BARDIN, 1977, p.14), a lógica e a retórica constituíram “as primeiras práticas de observação de um discurso, práticas estas, anteriores à análise de

conteúdo” (BARDIN, 1977, p.14). Foi a partir do início do século XX que a Análise de Conteúdo começou a se desenvolver como uma técnica de pesquisa.

Nesta época o rigor científico invocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico. A Escola de Jornalismo da Colúmbia dá o pontapé de saída e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. (BARDIN, 1977, p.15)

Ainda nas palavras da autora, “o primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de Harold Lasswell: fez análise de imprensa e de propaganda desde 1915 aproximadamente” (BARDIN, 1977, p.15). Mauro Wolf pondera que a formulação da análise de conteúdo decorre do modelo da comunicação formulado por Lasswell em 1948, que propõe o seguinte esquema comunicacional:

**FIGURA 01: Modelo lasswelliano da comunicação**



Fonte: Adaptado pelo autor (WOLF, 2008, p.12)

Sobre o esquema proposto por Lasswell, Wolf analisa que:

Cada uma dessas variáveis define e organiza um setor específico de pesquisa: a primeira determina o estudo dos emissores, isto é, a análise do controle sobre o que é difundido. Os que, por sua vez, estudam a segunda variável elaboram a análise do conteúdo das mensagens, enquanto o estudo do terceiro elemento dá lugar a análise dos meios. A análise da audiência e dos efeitos define os setores de pesquisa restantes sobre os processos de comunicação de massa. (WOLF, 2008, p.12)

Para Kientz, a análise do conteúdo perpassa por uma análise de continente, isto é, a análise das mensagens está diretamente ligada a análise do canal. O autor explica que a investigação do conteúdo da comunicação só é possível quando ele se torna material, ou seja, quando esse conteúdo ganha forma por meio de imagens, sons, textos, etc. Essa materialização, explica o autor, está atrelada ao canal.

É isso que permite compreender por que motivo, na sociologia da comunicação que se desenvolveu em torno das quatro questões do esquema clássico de Harold D. Lasswell (“Quem diz o quê”, “Por qual canal?”, “A quem?” e “Com quais efeitos”), a pergunta “Por qual canal?” está praticamente conjugada com “o quê?”, formando uma só interrogação. A análise de “o quê”, do conteúdo, é indissociável da do canal, isto é, do suporte material que a veicula de um emissor a um receptor, através do espaço e do tempo. Por outra parte, a natureza do canal determinou, estreitamente, os progressos da chamada análise “de conteúdo”. Embora o seu objeto seja, em princípio, o conteúdo das comunicações, qualquer que seja o tipo de canal utilizado, ela acomodou-se, de uma forma quase exclusiva, na análise das mensagens escritas e impressas. (KIENZT, 1973, p.22,23)

Para além de ser uma técnica que se estruturou inicialmente na quantificação de dados, o método analítico também fornece subsídios para uma análise qualitativa das informações. Além de ser um método consolidado e universalizado em pesquisas dos meios de comunicação, as possibilidades de conjugação entre essas duas formas de mensuração dos dados coletados explicam a aplicação deste método nesta pesquisa. O pensamento de Laurence Bardin sobre quantificação e qualificação é de que:

A abordagem quantitativa e qualitativa, não têm o mesmo campo de ação. A primeira, obtém dados descritivos através de um método analítico. Graças a um desconto sistemático, esta análise é mais objetiva, mais fiel e mais exata, visto que a observação é mais bem controlada. Sendo rígida esta análise é, no entanto, útil, nas fases de verificação da hipótese. A segunda corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável, a índices não previsto, ou à evolução das hipóteses. Este tipo de análise deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice de mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação). (BARDIN, 1977, p. 115)

A análise de conteúdo pressupõe que o material analisado deva estar em contínua disponibilidade para que as hipóteses e os dados sejam verificados quantas vezes se fizer necessário. “A análise de conteúdo só é aplicável às mensagens dos canais que as conservam em duração, isto é, os canais temporais” (KIENZT, 1973, p. 23). Nessa perspectiva, “a mensagem impressa, texto ou imagem, satisfaz perfeitamente essa condição”. (KIENZT, 1973, p. 23).

As mensagens dos *media*, conforme a perspectiva de Kientz, são condicionadas. O autor pondera que, para atingir maior audiência com maior número de mensagens, as informações são tratadas, isto é, sofrem algum tipo de intervenção. Tais intervenções, no entanto, nem sempre acarretam em prejuízos para a mensagem final. Elas são aplicadas, assim sendo, para que o produto final se torne atrativo, inteligível a uma maior audiência, diante da competitividade entre os *media* pela audiência.

Podemos considerar os media uma indústria de transformação que trata as mensagens fazendo-as passar por uma vasta gama de operações (filtragens, embalagens, etc.). A embalagem, como em todo mercado de tipo competitivo, desempenha um papel cada vez mais importante (KIENZT, 1973, p.76)

O tratamento da informação ao qual Kientz faz referência passa por um ambiente que ele nomeou de *caixa escura*, que vem a ser o espaço onde a informação é maturada, reorganizada, isto é, as redações de imprensa. Nesse esquema, ao mesmo tempo em que a imprensa é receptora, também é emissora de mensagens. A recepção citada pelo autor, porém, diz respeito às fontes por onde chegam a matéria-prima da notícia, as informações brutas. Conforme o autor, “no intervalo de tempo que separa a recepção da emissão, a informação é tratada, acondicionada” (KIENZT, 1973, p. 77). A *caixa escura* está esquematizada da seguinte forma:

**FIGURA 02: Uma Caixa Escura (Black Box): o Jornal**



Fonte: KIENZT, 1973, p. 79

No esquema proposto por Kientz, a análise de conteúdo assume uma posição importante. É a AC que possibilita compreender os tratamentos pelos quais a notícia é submetida dentro da *caixa escura* antes de ser distribuída. Conforme o autor, o tratamento pelo qual a notícia bruta é submetida na *caixa escura* ocorre em fases, a saber:

a) *Filtragens em função da originalidade*

Nesta primeira fase de tratamento, a notícia bruta passa por uma espécie de filtragem pela qual apenas aquela que possuir teor informativo segue adiante no processo tratativo.

O órgão de imprensa apresenta-se como uma espécie de filtro, de gargalo de estrangulamento que só deixa passar o que é informativo, no sentido da relação

humana jornal-leitor. O informativo, o que é novo numa mensagem, é tudo aquilo que não faz parte integrante e imutável do meio ambiente do receptor. (KIENZ, 1973, p.86)

É na fase de filtragem em função da originalidade, portanto, que os *media* vão em busca daquilo que é novo para a mensagem, daquilo que é inédito ao leitor, a recepção.

*b. Tratamento da informação em função da inteligibilidade*

Na etapa de tratamento em função da inteligibilidade, por sua vez, a matéria-prima pré-selecionada com teor informativo passa por uma simplificação, por uma tradução, por exemplo, de termos técnicos, expressões de difícil compreensão, com o propósito de que, ao final, uma maior audiência consuma o produto. É também nessa fase que um novo elemento é atribuído ao processo para que a mensagem final seja tão inteligível quanto possível.

Todas essas operações de tratamento das mensagens recebidas, para torná-las digeríveis por parte da grande massa, fazem-se acompanhar de resíduos, de uma perda de volume. Esta é compensada pelos elementos injetados na mensagem de origem, os quais, aumentando a redundância, facilitam a inteligibilidade. (KIENZ, 1973, p. 93)

Como propõe o autor, a redundância passa a figurar como elemento integrador da informação. O destaque de determinadas informações através da redundância aparece como mecanismo de certificação de que o papel ao qual os *media* se propõem, que é o de informar, esteja assegurado no processo comunicativo. Desse modo, a redundância presume a possibilidade de que um número maior de receptores obterá êxito na decodificação e compreensão das mensagens distribuídas pelos *media*.

*c) Tratamento da informação em função do grau de implicação*

Nesta etapa, o tratamento dado à matéria-prima consiste na seleção dos temas que podem ter implicações diretas na vida cotidiana da audiência. É nessa fase que questões de maior interesse público são priorizadas. De acordo com Kientz

O órgão de imprensa seleciona as informações em função do seu grau de implicação. Retém, de uma forma preferencial, as notícias que apresentam uma escassa “distância psicológico do indivíduo”. Tal como a originalidade da mensagem e sua inteligibilidade, essa variável é uma das peneiras pelas quais passam as informações. É um gargalo de estrangulamento particularmente elástico. Encolhe ou dilata-se em função do tamanho e da composição do público a que o órgão de imprensa se dirige. Se o público é restrito e homogêneo, o gargalo abre muito pouco, deixando filtrar apenas os itens de forte grau de implicação. Se, pelo contrário, é um público vasto e

muito diversificado, como o dos *mass media*, o gargalo dilata-se e deixa passar até as informações muito distantes. (KIENZT, 1973, p.98)

Dentro dessa perspectiva, o tratamento da informação em função do grau de implicação ocorre em uma escala de 7 graus proposta por Abraham Moles, em 1967. Os graus de implicação na vida cotidiana da audiência são:

1. Implica em uma reação imediata e concreta do indivíduo (ex.: mobilização);
2. O leitor é diretamente envolvido (aumento do custo de vida);
3. O indivíduo pode se permitir ignorar essas informações, interessa-se por elas sem sentir-se preocupado;
4. Implicações distantes ou a longo prazo, modificações do meio ambiente;
5. O item está ligado, de forma enunciável, a acontecimentos que afetam o indivíduo;
6. Preocupa vagamente o indivíduo, sem que possa definir em quê;
7. Nenhuma implicação: o caso passa-se num outro planeta.

É com base nessa escala, portanto, que o tratamento da informação em função do grau de implicação vai se delimitar. A escala propõem uma hierarquia de implicações, sendo as que acarretam em intervenções diretas nas rotinas humanas e sociais as que ocupam o topo do esquema.

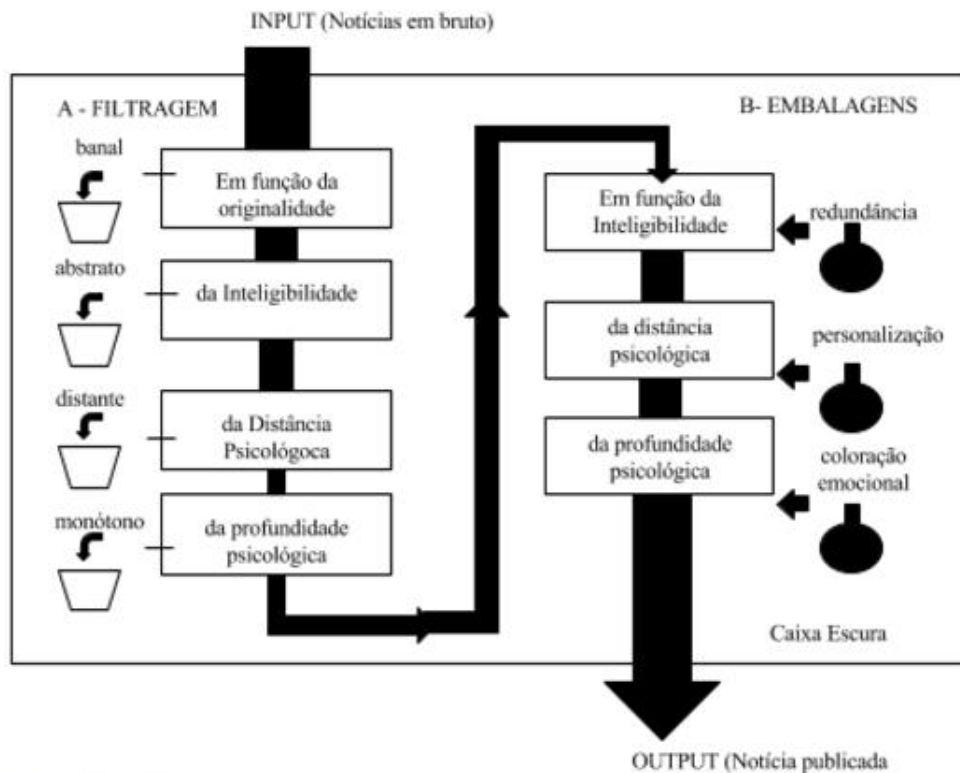
#### *d) Tratamento da informação em função da profundidade psicológica*

A última fase proposta por Kientz de tratamento da informação tem como objetivo explorar os aspectos cognitivos da audiência. Nesse sentido, tudo aquilo que pode potencializar emoções e sensações recebe destaque na construção do texto final. A esse respeito, o autor diz que “se algumas informações, embora distantes, encontram ampla repercussão nas colunas dos jornais, é por que têm seu impacto nas profundidades psíquicas. Tratar-se-ia de diferentes camadas de consciência que recebem de modo diferente as mensagens do mundo exterior”. (KIENZT, 1973, p. 104). Seguindo a lógica de camadas de consciência, o autor destaca os cinco níveis de intervenções psíquicas na informação propostos por Abraham Moles. São eles:

1. Camadas inconsciente do ser (libido e vontade de poder)
2. Domínio das crenças e interesses explícitos (universo das opiniões)
3. Domínio dos interesses explícitos dos indivíduos (universo dos valores econômicos)
4. Vida material dos indivíduos (exemplo: as informações meteorológicas)
5. Camadas superficiais. As informações que não têm repercussão.

Todas as cinco etapas de tratamento da notícia propostas por Kientz ocorrem no interior da *caixa escura*. As diferentes fases pelas quais as mensagens são submetidas antes que estejam disponíveis para o consumo foram organizadas pelo autor no seguinte esboço:

**FIGURA 03: Fases do tratamento da informação**



Fonte: KIENZ, 1973, p. 111

Por meio do esboço é possível ter uma dimensão dos processos pelo qual a notícia percorre no interior da caixa escura até a sua distribuição pelos diferentes canais. A notícia bruta chega até o ambiente da redação por meio de uma fonte informativa. Em seguida, essa mensagem bruta é filtrada em quatro etapas e aquilo que é considerado desproporcional, isto é, que dificulta a compreensão da mensagem final em cada uma dessas fases, é descartado.

Após essa fase, entra em questão o que o autor chamou de embalagens, que nada mais são do que mecanismos de facilitação de compreensão do conteúdo para a recepção. É nessa fase que as questões cognitivas, por exemplo, são destacadas na informação para que ela se torne mais atrativa.



A perspectiva de Patrik Charaudeau sobre o funcionamento das mídias de informação permite traçar um paralelo com o esquema de tratamento da informação proposto por Albert Kientz. Para Charaudeau, o trabalho dos *media* está ligado a duas lógicas: econômica e simbólica. De acordo com o autor

uma lógica econômica faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazendo parte dessa lógica); e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. (CHARAUDEAU, 2010, p. 21)

O pensamento de Charaudeau vai adiante. Ele pondera que, no processo de tratamento da informação, as duas lógicas se relacionam. O autor levanta alguns questionamentos da forma como as lógicas econômica e simbólica se relacionam.

Correlativamente, que garantia pode-se ter de que o *input* da máquina de informar produzirá como *output* o efeito pretendido? Esse efeito, em si, em que se baseia? Em outros termos, o que garante à instância midiática que o tratamento da informação que ela propõe corresponde realmente ao que o público espera? E mais ainda: o que garante, em todo ato de comunicação, que haja correspondência - sem falar em coincidência - entre os efeitos que a instância de enunciação almeja produzir na instância de recepção e os efeitos realmente produzidos? (CHARAUDEAU, 2010, p. 21,22)

A aplicação da metodologia da análise de conteúdo possibilitou a Kientz o desenvolvimento dos esquemas apresentados. O autor analisou como a mesma notícia bruta foi publicada por quatro títulos diferentes. O seu trabalho viabilizou a proposição de um esquema aplicável em análises de diferentes títulos, observando os diferentes números e qualificações adquiridos em cada fase por ele apresentada. Agora, traçaremos um esboço das etapas da método da AC.

#### **4.1. Estruturação do método analítico**

O método da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin está estruturada nas etapas de 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. De acordo com a autora, “as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos”(BARDIN, 1977, p. 95), conforme foram enumerados. No processo de construção da AC, cada uma das etapas exerce papel preponderante para que se alcance o rigor científico esperado para a pesquisa.

## 1. A Pré-Análise

A primeira etapa da qual a autora faz referência, a pré-análise, consiste no processo de preparação do material de trabalho. É nesse momento, conforme a autora, que são formuladas as hipóteses e objetivos de pesquisa, quando o *corpus* de pesquisa, isto é, os materiais de trabalho são escolhidos

É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas, tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise (...) Geralmente essa fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. (BARDIN, 1977, p. 95)

Embora seja a fase inicial do processo, a autora alerta para a necessidade do cuidado na execução desta etapa, uma vez que é nesse momento que a hipótese e os objetivos de pesquisa são formulados. Hipótese e objetivos bem formulados contribuem para melhores rendimentos no trabalho de análise.

Traçando um paralelo entre o pensamento de Bardin e o de Kientz, o autor pondera que “quanto maior for a precisão que se definam os objetivos da pesquisa, mais a análise de conteúdo poderá ser um instrumento eficaz. A escolha do método a empregar depende estreitamente do objetivo atribuído à pesquisa.” (KIENZT, 1973, p. 161).

Após a definição dos objetivos, ainda na fase de pré-análise, Kientz chama atenção para etapa de construção do *corpus* de pesquisa. Nas análises de conteúdo dos *media*, o autor pontua que, em função da amplitude de mensagens, faz-se necessária a formulação de uma amostra. Conforme o autor, a formulação da amostra ocorre em três tempos. São eles:

- Seleção dos títulos

Nessa etapa são selecionados os veículos, as publicações que serão alvo de análise. Segundo Kientz, a seleção desses títulos ocorre em função da pertinência com o objetivo proposto ou de características como número de circulação, área geográfica de difusão, tipo de publicação, a periodicidade com a qual o título é publicado.

- Seleção de exemplares

A etapa que sucede a escolha dos títulos é a da escolha dos exemplares, isto é, de quantas e quais edições dos títulos escolhidos serão submetidos a análise. Kientz sugere que a escolha

da quantidade está ligada à necessidade dos objetivos de pesquisa e que a seleção dos exemplares está ligada a data de publicação.

- Seleção dos conteúdos

Nesta etapa, o analista irá retirar dos exemplares o conteúdo pertinente aos objetivos de pesquisa. Em um trabalho cuja intenção é analisar a violência, por exemplo, o pesquisador irá buscar no *corpus* selecionado aquilo que tem ligação com a questão da violência.

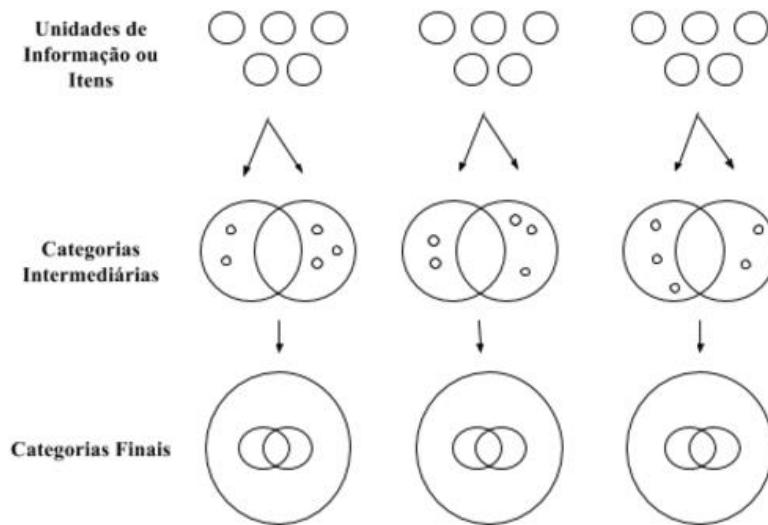
Passada a etapa de construção do *corpus* de análise, o próximo passo é o de sua decomposição em unidades ou itens, isto é, a divisão do objeto de pesquisa em menores frações. Na perspectiva de Albert Kientz, “uma primeira operação comum a toda análise consiste em decompor o material tratado em seus elementos constitutivos ou itens. A análise de conteúdo vai decompor o *corpus* em unidades cada vez menores” (KIENZ, 1973, p. 164). Ainda conforme o autor, essas unidades podem ser variadas, sendo as mais comuns entre elas as palavras e símbolos, os temas, os personagens e as unidades espaço-temporais.

Embora o método sugira as principais unidades de decomposição, o autor pontua que são raras as pesquisas que executam uma análise sistemática de todo o *corpus*. Para ele, “o mais frequente é contentar-se em isolar um ou vários elementos considerados significativos para a pesquisa em curso, extraíndo-os sistematicamente para tratá-los ulteriormente de uma forma quantitativa.” (KIENZ, 1973, p. 165)

A última etapa do processo de pré-análise consiste na categorização das unidades anteriormente decompostas. Entre o conjunto de técnicas que compõe o método da análise de conteúdo - conforme Bardin (1977), elas podem ser categorial; de avaliação; da enunciação; da expressão; das relações; do discurso -, a da análise categorial é mais recorrente nas pesquisas. Conforme a autora, a técnica “funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153).

Na categorização, para Kientz (1973), “as unidades isoladas no *corpus* são organizadas em grupos, em número mais ou menos reduzido, a fim de se chegar a controlar a massa e a diversidade”. Para melhor explicar o funcionamento da técnica, o autor dá o exemplo de uma pesquisa na qual o *corpus* foi decomposto em 8.532 unidades de informação. Em seguida, esse número foi reduzido para 69 categorias intermediárias, após a junção das unidades que possuíam características semelhantes. Por fim, as 69 categorias intermediárias foram novamente agrupadas em seis. O processo pode ser melhor observado no esboço a seguir:

**FIGURA 04: Esquema da técnica de categorização**



*Fonte: Elaborado pelo autor*

## 2) Exploração do Material

A etapa que dá sequência a pré-análise é a de exploração do material. É por meio dela que o pesquisador parte para a sistematização dos dados coletados na primeira etapa. Todo o objeto de pesquisa é cuidadosamente revisado e submetido a aplicação das técnicas de pesquisa. Em relação a esta etapa do método, a autora escreve que:

Se as diferentes operações da pré-análise foram convenientemente concluídas, a fase de análise propriamente dita não é mais do que a administração sistemática das decisões tomadas. Quer se trate de procedimentos aplicados manualmente ou de operações efetuadas pelo ordenador, o decorrer do programa completa-se mecanicamente. Esta fase, longa e fastidiosa, consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. (BARDIN, 1977, p. 101)

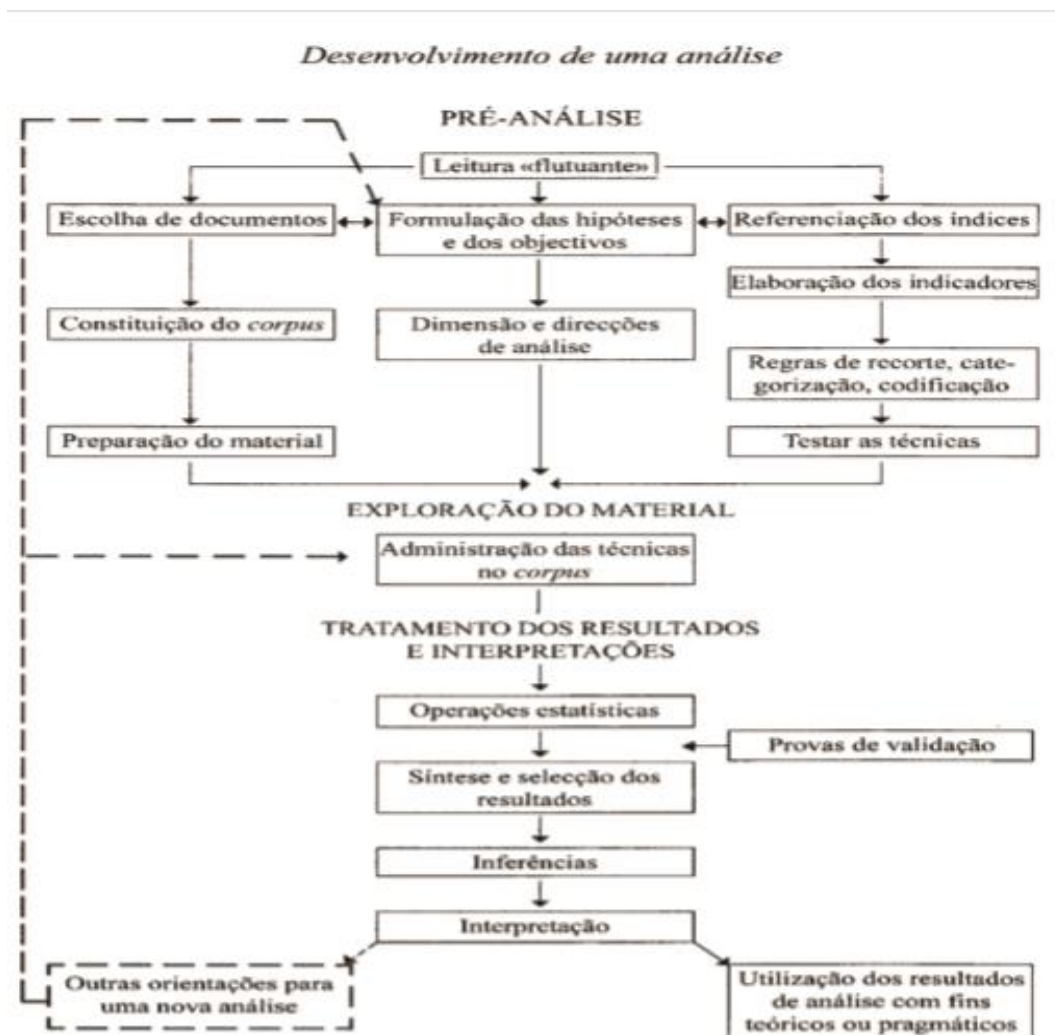
A operação de codificação para a qual a autora faz referência “corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração permite atingir uma representação do conteúdo (BARDIN, 1977, p. 103)

## 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação

Nesta última etapa proposta por Bardin, todos os dados resultantes da aplicação do método de pesquisa são, em nível quantitativo, transformados em tabelas, equações, estatísticas, diagramas. Conforme a autora, é nesta fase que “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.” (BARDIN, 1977).

Para além das formulações estatísticas decorrentes da análise quantitativa, é também nesta fase que os resultados qualitativos são tratados. Os dados coletados nas fases anteriores são interpretados e as inferências são levantadas. A partir dessas três etapas, Bardin propôs um esboço do percurso da análise de conteúdo.

**FIGURA 05: Desenvolvimento de uma análise**



## 5. APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS JORNAIS *CORREIO\** E *MASSA!*

Após a apresentação do procedimento do método da Análise de Conteúdo, iremos, a partir de agora, aplicá-la a esta pesquisa, cujo objetivo principal, conforme já explicado, buscará identificar como as notícias de autos de resistência policial publicadas pelos dois *Correio\** e *Massa!* retrataram aqueles que sofreram as ações da Polícia, em especial quando esses eram negros. Além disso, como objetivo secundário de pesquisa, o trabalho também se propõe analisar como as notícias de autor de resistência policial são construídas em ambos jornais, isto é, as fontes, os espaços que ocupam nos dois jornais.

### 5.1. Dos títulos ao conteúdo: a construção do *corpus* de pesquisa

Após a formulação dos objetivos do trabalho, conforme propõe a etapa de pré-análise, partimos para a etapa de construção do *corpus* de pesquisa seguindo as três fases sugeridas por Kientz, a saber:

#### 1. Seleção dos títulos

Para esta pesquisa, a escolha dos títulos foi feita levando em consideração as características editoriais e a pertinência com os objetivos de trabalho, visto que, tanto o jornal *Correio\** quanto o *Massa!* dedicam espaço em suas publicações para as notícias policiais. Além disso, ambos jornais se propõe popular, com linguagem e estrutura destinadas a atrair principalmente os públicos C, D e E. As questões mercadológicas também foram levadas em consideração no processo de escolha dos jornais: são as duas publicações populares de maior circulação em Salvador.

#### 2. Seleção dos Exemplares

Depois da seleção dos títulos, a etapa subsequente foi a de seleção dos exemplares para composição do *corpus*. Nesta fase, traçamos um recorte temporal que compreendeu as notícias publicadas nos jornais *Correio\** e *Massa!* entre fevereiro de 2014 e setembro de 2016.

Para melhor organização dos exemplares, utilizamos a técnica da Semana Construída proposta por Jacques Kayser (1953), cuja formulação ocorre da seguinte forma: inicia-se a análise em determinado dia da semana e, na semana seguinte, analisa o dia posterior ao analisado na semana anterior, e assim sucessivamente, até que se tenha uma semana completa formada. Por exemplo, se o primeiro dia escolhido for uma segunda-feira, o próximo dia será uma terça-feira e assim por diante.

Nesta pesquisa, porém, as semanas foram construídas descartando os domingos, uma vez que a edição impressa do jornal *Massa!* não circula nesse dia da semana. Deste modo, para conferir igualdade na seleção dos exemplares de ambas publicações, excluímos as notícias divulgadas nas edições impressas do jornal *Correio\** aos domingos. Assim sendo, foram construídas cinco semanas para cada um dos títulos, cada uma com seis dias (de segunda a sábado) contabilizando um total de 30 notícias sobre auto de resistência policial em cada jornal. Com isso, obtivemos dois quadros com exemplares publicados nas seguintes datas:

<b>Quadro 01: datas de publicação dos exemplares do jornal <i>Massa!</i></b>						
	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>
<b>Semana 01</b>	10/02/2014	11/03/2014	19/03/2014	08/05/2014	04/07/2014	30/08/2014
<b>Semana 02</b>	22/09/2014	25/11/2014	04/02/2015	09/04/2015	05/06/2015	01/08/2015
<b>Semana 03</b>	10/08/2015	24/11/2015	27/04/2016	12/05/2016	20/05/2016	16/07/2016
<b>Semana 04</b>	11/01/2016	19/01/2016	09/03/2016	14/04/2016	08/04/2016	04/06/2016
<b>Semana 05</b>	11/04/2016	02/12/2014	25/02/2015	24/09/2015	14/02/2014	07/02/2015

Fonte: Elaborado pelo autor

<b>Quadro 02: datas de publicação dos exemplares do jornal <i>Correio*</i></b>						
	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>	<b>Sábado</b>
<b>Semana 01</b>	10/02/2014	11/03/2014	26/03/2014	01/05/2014	18/07/2014	30/08/2014
<b>Semana 02</b>	22/09/2014	16/12/2014	04/02/2015	09/04/2015	05/06/2015	08/07/2015
<b>Semana 03</b>	27/07/2015	08/09/2015	30/09/2015	15/10/2015	04/03/2016	19/03/2016
<b>Semana 04</b>	21/03/2016	05/04/2016	20/04/2016	05/05/2016	17/06/2016	02/07/2016
<b>Semana 05</b>	15/02/2016	08/03/2016	03/02/2016	31/03/2016	15/04/2016	07/02/2015

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda no que se refere a seleção dos exemplares, é importante atentar para duas questões: primeiro que, aqui, consideramos na escolha apenas os relatos sobre auto de resistência em formato de nota, notícia e reportagem, descartando *suítes* e artigos de opinião. Uma outra questão que merece destaque é a sequência de construção da semana.

Tanto no *Correio*\* quanto no *Massa!*, as notícias de auto de resistência não são publicadas com a mesma frequência que notícias envolvendo outros tipos de violência. Dessa forma, as semanas foram construídas obedecendo os dias da semana, conforme a técnica de Kayser, mas não necessariamente os dias do mesmo mês.

Apesar disso, entendemos que a seleção dos exemplares dessa forma não trouxe prejuízos na construção do *corpus*, uma vez que a variação dos dias e meses exclui a possibilidade de seleção de uma semana na qual as ocorrências envolvendo autos de resistência recebeu destaque nos dois jornais, o que poderia prejudicar a análise. Após a seleção dos exemplares, partimos para a fase de seleção do conteúdo a ser analisado.

### 3. Seleção do Conteúdo

Na etapa de seleção dos conteúdos, buscamos nos exemplares selecionados todas as notícias de auto de resistência policial, a fim de formular uma base de dados da qual pudéssemos extrair informações que nos ajudassem a alcançar os objetivos de pesquisa. Sendo assim, as edições que continham notas, notícias ou reportagens sobre confronto, troca de tiros, operação envolvendo policiais e suspeitos e nas quais os suspeitos foram mortos ou feridos, organizamos dois quadros, obedecendo a técnica da Semana Construída, conforme apresentado anteriormente.

Após a seleção do conteúdo, iniciamos o processo de análise propriamente dita, que consistiu na decomposição do *corpus* em unidades de informação e na formulação de categorias. Na fase de decomposição, buscamos nos textos jornalísticos palavras e dados pertinentes aos objetivos de pesquisa, que foram extraídos dos textos. Em seguida, reagrupamos essas unidades em categorias intermediárias de acordo com a proximidade do assunto ao qual essas unidades se referiam. Por fim, formulamos as categorias finais, que foram feitas por meio da junção de categorias intermediárias próximas. Assim, obtivemos os seguintes quadros:



<b>Quadro 03: unidades de informação</b>		
1. Confronto com a polícia	11. Familiares	21. Suspeito
2. Troca de Tiros	12. Populares	22. Assaltante
3. Operação policial	13. Gênero	23. Homem
4. Revide	14. Idade	24. Apelido
5. Recebida a tiros	15. Cor	25. Nome
6. Destaque na edição	16. Jovem	26. Passagem pela polícia
7. Polícia Militar	17. Adulto	27. Companhia Independente da Polícia Militar
8. Polícia Civil	18. Adolescente	28. Circunstância da ação
9. Moradores	19. Traficante	29. Bairro
10. Testemunhas	20. Bandido	30. Local

Fonte: Elaborado pelo autor

Com as unidades de informações definidas, passamos para a segunda etapa de reordenamento: a formação das categorias intermediárias.

<b>Quadro 04: categorias intermediárias</b>	
<b>Unidades de informação</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>
1) Confronto com a polícia 2) Troca de tiros 3) Operação policial 4) Revide 5) Recebida a tiros 6) Destaque na edição	I. O enquadramento das mensagens e seu destaque nos jornais
7) Polícia Militar 8) Polícia Civil 9) Moradores 10) Testemunhas 11) Familiares 12) Populares	II. As fontes de informações
13) Gênero 14) Idade 15) Cor 16) Jovem 17) Adulto 18) Adolescente	III. Os suspeitos

19) Traficante 20) Bandido 21) Suspeito 22) Assaltante 23) Homem 24) Apelido 25) Nome 26) Passagem pela polícia	IV. O tratamento dos suspeitos
27) Companhia Independente da Polícia Militar 28) Circunstância do auto de resistência 29) Bairro 30) Local	V. Autores, motivações e cenários da ação policial

Fonte: Elaborada pelo autor

Após o reagrupamento das unidades de informação em categorias intermediárias, ordenamos os cinco tópicos resultantes desse processo em categorias finais, também obedecendo aos critérios de proximidade dos temas.

<b>Quadro 05: categorias finais</b>	
<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categorias Finais</b>
I. O enquadramento das mensagens e seu destaque nos jornais	I. A produção das notícias de auto de resistência
II. As fontes de informações	
III. Os suspeitos	II. Os suspeitos, as violências e seus cenários
IV. O tratamento dos suspeitos	
V. Autores, motivação e cenários da ação policial	

Fonte: Elaborado pelo autor

Concluída a etapa de formulação das categorias, partimos para a fase de quantificação e qualificação do *corpus* de pesquisa, a qual dedicaremos o capítulo seguinte deste trabalho. No processo de quantificação dos dados, buscaremos nas notícias as principais unidades de informações referentes aos objetivos de pesquisa para que, através delas, criaremos gráficos de frequência e valores. Já na etapa quantitativa, faremos as relações entre as categorias, baseando-nos no referencial teórico anteriormente apresentado.

***ANÁLISE DO CONTEÚDO DOS AUTO DE RESISTÊNCIA NOS JORNAIS CORREIO\*  
E MASSA!***

## 6. DA QUANTIFICAÇÃO A INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Concluída a fase de transformação das unidades de informações em categorias, iniciamos o processo de quantificação do *corpus* de pesquisa. Nesta etapa, realizamos nova leitura das notícias, selecionamos e destacamos em cada uma delas as unidades de informações enumeradas no “quadro 03: unidades de informação” do capítulo anterior. Todas as unidades foram agrupadas em planilhas do Excel, programa pelo qual as unidades foram posteriormente calculadas e transformadas em gráficos, os quais analisaremos a seguir, através das categorias “A produção das notícias de auto de resistência” e “Os suspeitos, as violências e seus cenários”.

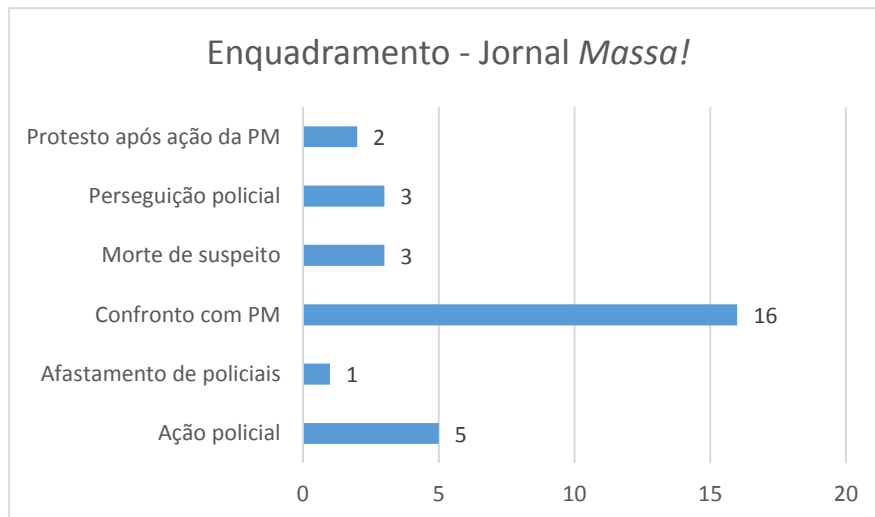
### 6.1. A produção das notícias de auto de resistência

No período dedicado a análise (de fevereiro de 2014 a setembro de 2016), as notícias sobre supostos confrontos entre suspeitos e policiais que resultaram em morte ou lesão corporal de suspeitos ganharam espaço nos jornais *Correio\** e *Massa!*.

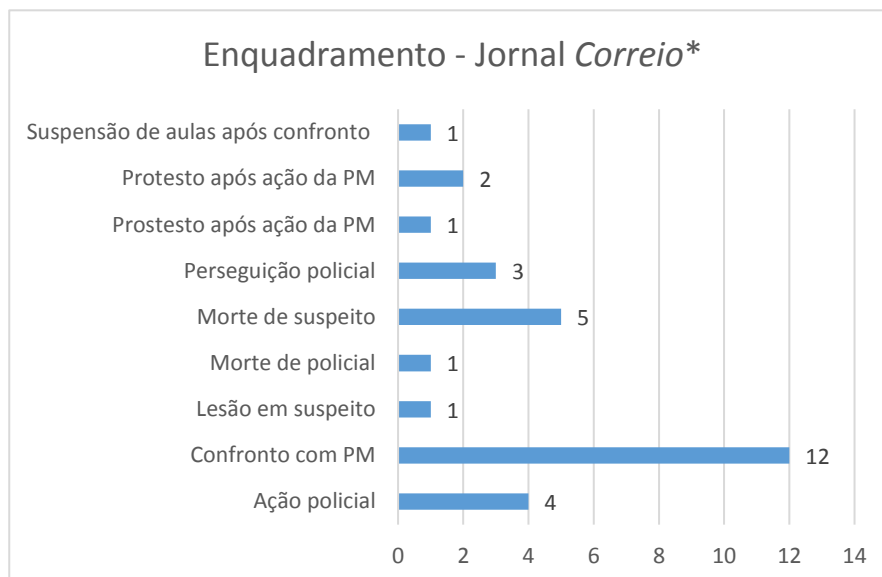
No veículo da Rede Bahia, 34% das 30 notícias analisadas foram produzidas sob o enquadramento “confronto com a polícia”; os demais enquadramentos dados para as ações resultantes em autos de resistência nas páginas do *Correio\** foram: morte de suspeito (17%); operação policial (13%); perseguição policial (10%); protesto após ação policial (10%); assalto a ônibus (7%). Suspeito baleado, morte de policial e suspensão de aulas tiveram, cada um desses enquadramentos, 3%.

Já no veículo do grupo *A Tarde*, o enquadramento “confronto com polícia” teve destaque ainda maior: 53%, de 30 notícias analisadas. Os demais enquadramentos atribuídos aos autos de resistência foram: operação policial (17%); morte de suspeito (10%); perseguição policial (10%); protesto após ação policial (10%) e afastamento de policiais (3%).

Em uma rápida definição, o enquadramento vem a ser uma espécie de ângulo, uma moldura pela qual o fato é noticiado. Tanto no jornal *Correio\** quanto no *Massa!*, as notícias sobre auto de resistência analisadas (60, no somatório de notícias por veículo) foram enquadradas de formas distintas em diferentes edições, sendo que, entre as distinções, o enquadramento “confronto com polícia” foi o mais frequente entre as duas publicações, conforme expresso nos gráficos abaixo.



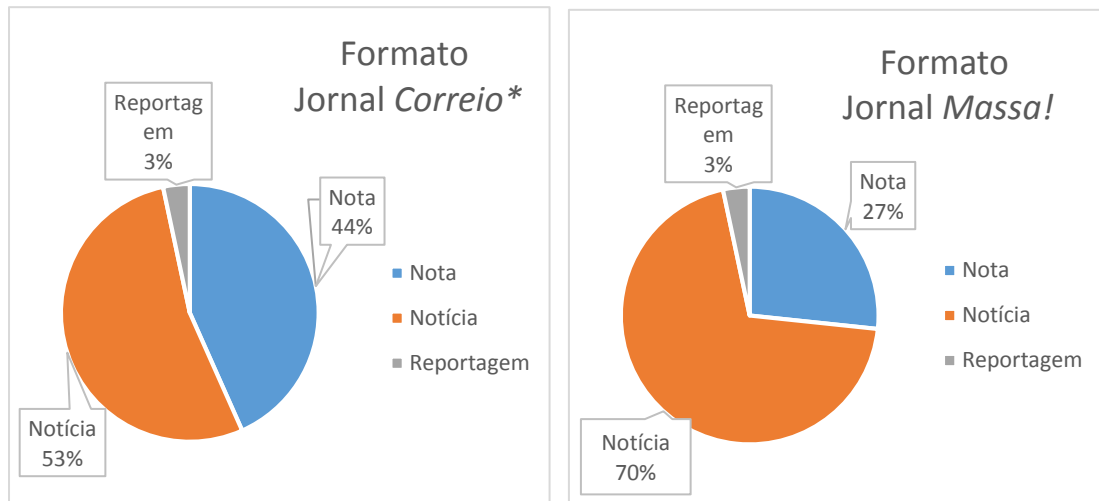
Fonte: Elaborado pelo autor



Fonte: Elaborado pelo autor

Um outro aspecto analisado na produção das notícias de auto de resistência de ambos jornais foi o formato das informações. Nesta pesquisa, apenas os tipos textuais nota, notícia e reportagem foram objeto da análise, cujo resultado destacou a notícia como o formato mais utilizado em ambas publicações.

No *Correio\**, 53% das mensagens analisadas foram publicadas no formato notícia. Já no *Massa!*, 70% das mensagens sobre auto de resistência foram divulgadas como notícia. Notas e reportagens foram menos utilizadas nos dois jornais, conforme pode ser visto nos gráficos que seguem



Fonte: Elaborado pelo autor

Fonte: Elaborado pelo autor

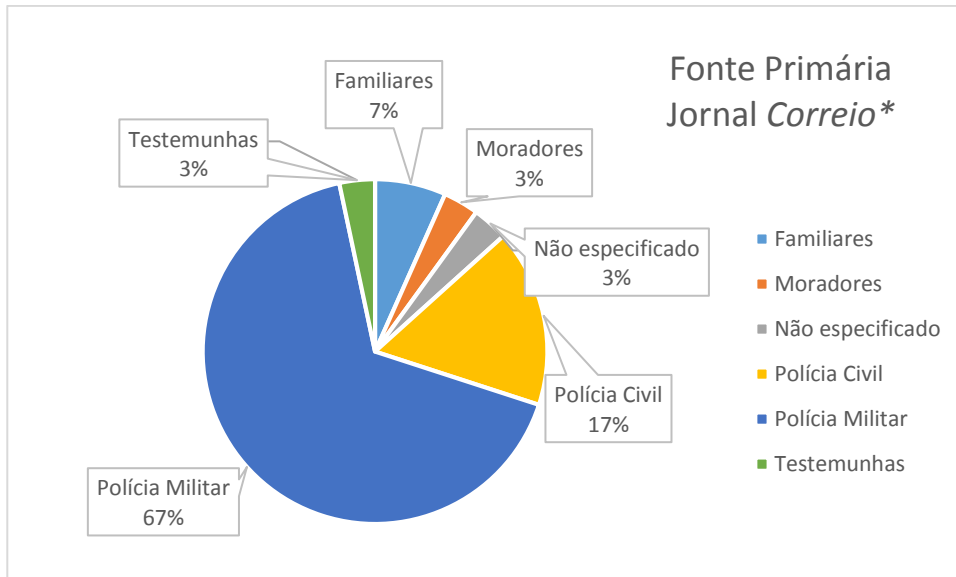
Na definição de Nilson Lage, a notícia é “o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante” (LAGE, 2006, p. 16). Para Patrick Charaudeau, a notícia é “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (CHARAUDEAU, 2010, p. 132).

Diferente da reportagem, a notícia caracteriza-se pelo não aprofundamento na análise dos fatos através de fontes especializadas. Ela é a representação das versões de um acontecimento narradas por testemunhas ou participantes dele. No jargão jornalístico, a notícia é o factual, é o fato sem interpretações.

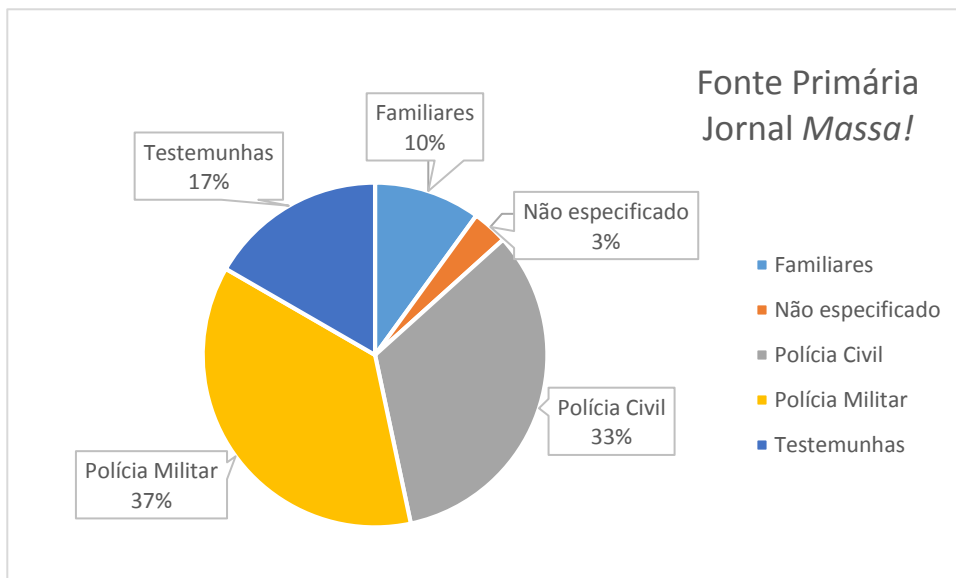
Além do formato, no período analisado neste trabalho, os jornais *Correio\** e *Massa!* assumiram posturas semelhantes na escolha das fontes primárias de informações, definidas por Lage (2011) como “aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números”.

No jornal da Rede Bahia, a Polícia Militar (PM) foi consultada como fonte primária em 67% das notícias. A Polícia Civil foi a segunda fonte primária mais consultada: 17% das informações das notícias de auto de resistência foram apuradas por meio dessa fonte.

Mesmo que em menor porcentagem, a PM também foi a principal fonte primária do diário do Grupo *A Tarde*, com 37% das consultas. Assim como no *Correio\**, a Polícia Civil também foi a segunda fonte primária mais consultada (33%) pelo *Massa!*.



Fonte: Elaborado pelo autor



Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda de acordo com a classificação das fontes proposta por Lage, as duas fontes primárias mais consultadas por *Correio*\* e *Massa!* (Polícia Militar e Polícia Civil) são consideradas fontes oficiais. De acordo com o autor, as fontes oficiais são aquelas “mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como as juntas comerciais e os cartórios de ofícios; e por empresas e organizações como sindicatos, associações, fundações etc” (LAGE, 2011, p. 63).

Considerando a definição do autor e que as Polícias Militar e Civil preservam poder do Estado e são mantidas por ele, somamos a porcentagem das vezes em que essas fontes oficiais foram consultadas por cada jornal como fonte primária. Desse modo, constatamos que 84% das

notícias de auto de resistência publicadas pelo *Correio\** no período analisado foram construídas tendo como base informações da Polícia, principal envolvida nos supostos confrontos que resultaram em mortes ou lesões corporais de suspeitos. A mesma prática foi verificada na análise do *Massa!*, cujas notícias foram 70% construídas com base nas informações de fontes oficiais.

Na rotina de produção dos jornais, as fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis. Com frequência, os dados e informações que divulgam à imprensa são tomados como verdadeiros e raramente são questionados e confrontados. Lage considera que

Fontes oficiais, como comprovam autores de todas as épocas, falseiam a realidade. Fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder. (LAGE, 2011, p.63,64)

No que diz respeito as fontes secundárias que, conforme Lage, “são consultadas para a preparação de uma pauta ou construção das premissas genéricas ou contextos ambientais”, *Correio\** e *Massa!* desconsideraram a consulta a essas fontes em maioria das mensagens analisadas. Respectivamente, foram 47% e 38% das notícias redigidas considerando apenas a versão dos fatos apresentada pelas fontes primárias e oficiais que, conforme visto, foram a Polícia.

Nas notícias do jornal *Correio\** em que as fontes secundárias foram consultadas, 32% delas foram oficiais: Polícia Militar (18%); Polícia Civil (8%); hospital (3%); Secretaria de Educação (3%). As demais fontes secundárias consultadas pelo jornal foram moradores (13%); testemunhas (3%); estudantes (3%), empresa (2%).

Já nas notícias do *Massa!*, quando as fontes secundárias foram consultadas, 38% foram oficiais (Polícias Militar e Civil). As demais fontes foram testemunhas (9%), familiares (6%); moradores (6%) e ONG (3%).

Os dados obtidos através da análise do enquadramento, do formato das mensagens e das fontes consultadas no processo de produção das notícias dos dois jornais servem de base para algumas constatações. A primeira delas diz respeito a prioridade dada as fontes consultadas e o seu reflexo no enquadramento dado as notícias.

Em ambas publicações, conforme os dados apresentados, maioria das notícias de auto de resistência foram construídas considerando apenas a versão dos fatos apresentada pela fonte Polícia. A consequência da priorização dessa fonte refletiu no enquadramento dado as mensagens, em sua maioria divulgadas como “confronto com a polícia”. Por outro lado, quando



a apuração em ambos jornais abrangeu a consulta a outras fontes além das oficiais, o enquadramento dado as notícias foi variável, conforme os gráficos de frequência apresentados no início deste capítulo.

Nas notícias nas quais o enquadramento foi o de confronto com a polícia, verificamos um padrão nas informações divulgadas pela Polícia e que foram reproduzidas por *Correio\** e *Massa!*. Foram constantes as alegações de que a polícia revidou disparos efetuados por suspeitos contra os agentes da lei. As notícias abaixo exemplificam o padrão da versão policial reproduzida por ambos jornais.

#### Exemplo - Jornal *Correio\**

**Homem morre e outro é baleado em confronto com a PM**

**ENG. VELHO DE BROTAS** Um homem foi morto e outro baleado durante um confronto com a Polícia Militar na tarde de ontem, no Engenho Velho de Brotas. Segundo a PM, equipes do Esquadrão de Motociclistas Águia passavam pelo bairro e foram acionados por um morador que informou ter visto cerca de dez homens armados em uma localidade conhecida como Rua da Rabada. Segundo a polícia, os PMs foram recebidos a tiros e revidaram. As duas vítimas foram socorridas para o Hospital Geral do Estado. Um não resistiu aos ferimentos e morreu. Um suspeito foi preso. O restante do grupo conseguiu fugir. A PM apreendeu um revólver calibre 38, 40 trouxinhas de maconha e quatro pinos de cocaína.

Fonte: *Jornal Correio\** - 19/03/2016 - p.08

#### Exemplo - Jornal *Massa!*

**CONFRONTO**

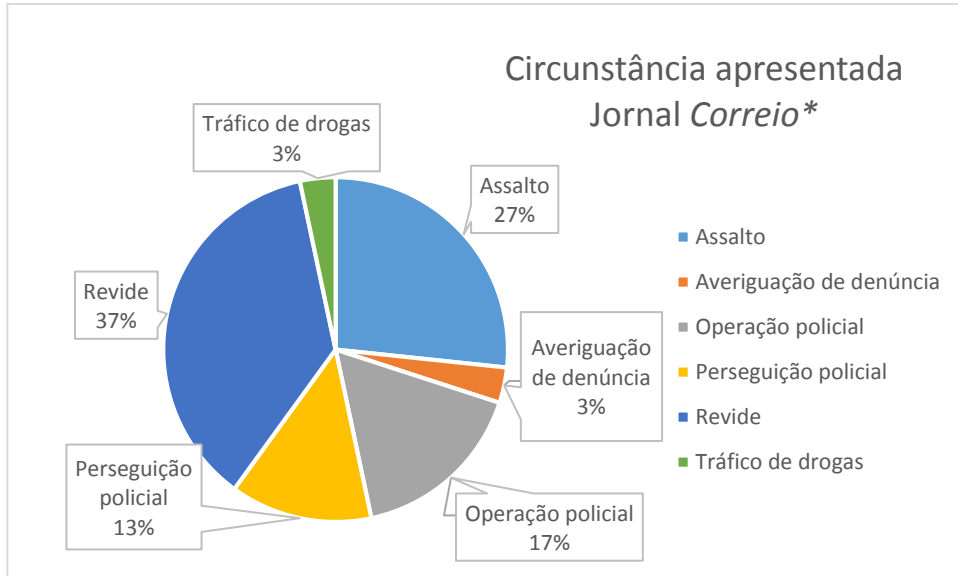
**Dois são baleados na Santa Cruz**

**● DA REDAÇÃO**  
Duas pessoas ficaram feridas durante troca de tiros entre policiais militares e bandidos, por volta das 3h da madrugada de ontem, no bairro Santa Cruz. Conforme a assessoria de comunicação da Polícia Militar da Bahia, duas guarnições da 40ª CIPM foram acionadas pela Central de Telecomunicações para averiguar uma denúncia de que três indivíduos armados tentavam invadir uma residência, na Rua do Adeus.

Segundo a PM, ao chegar ao local, as guarnições foram surpreendidas por aproximadamente 10 homens armados, que atiraram contra as viaturas. No revide, Jessé Pinto da Silva, 19, que tentava fugir na garupa de uma motocicleta, foi atingido e caiu. Com ele, foi encontrado um revólver calibre 32, com cinco munições intactas. Ronaldo dos Santos Evangelista, 29, que pilotava a moto, conseguiu fugir. Edilson Silva Santana, 32, que passava pelo local, foi atingido na perna. Ele não tinha nada a ver com a troca de tiros.

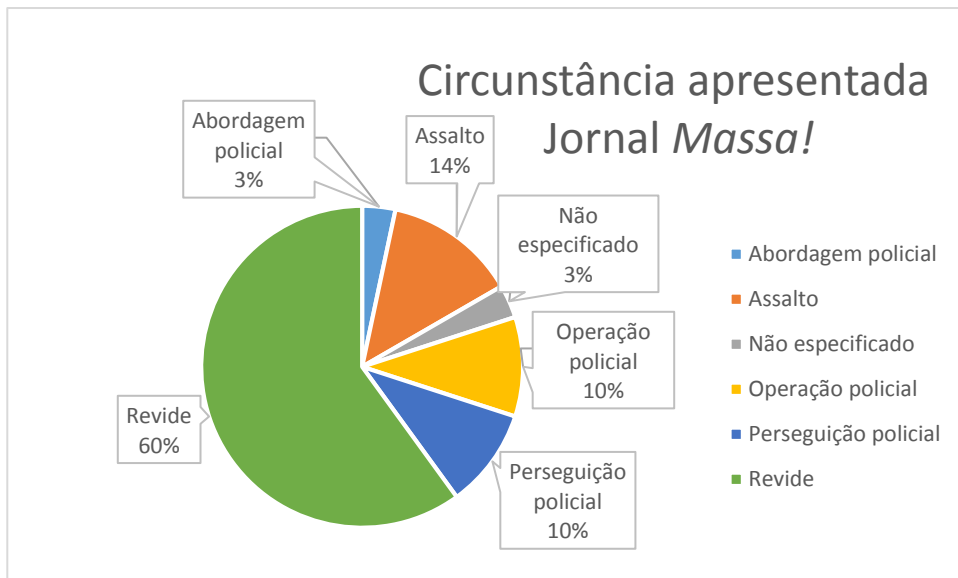
Fonte: *Jornal Massa!* - 11/01/2016 - p. 04

No jornal *Correio\**, 37% das notícias analisadas reproduziram a versão policial de revide, conforme os exemplos acima, sem contestação das informações ou apresentação de outras versões. Nesses casos, a apuração restringiu-se às fontes oficiais.



Fonte: Elaborado pelo autor

A mesma prática foi constatada na análise do jornal *Massa!*, no qual 60% das notícias apresentaram como circunstância da ação policial o revide a disparos iniciados por suspeitos.



Fonte: Elaborado pelo autor

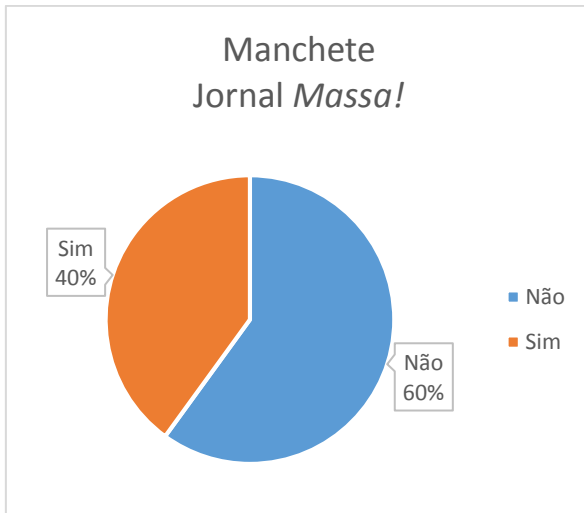
Além da relação entre a priorização das fontes oficiais e do enquadramento, uma outra constatação decorrente da análise dos jornais diz respeito ao formato adotado para publicação das mensagens de auto de resistência.

Caracterizada pelo foco no acontecimento, na exposição do fato sem análise aprofundada, a notícia, conforme exposto, foi o formato mais utilizado nos jornais analisados neste trabalho. Associando a priorização da versão das fontes oficiais no processo de apuração, e do enquadramento decorrente dessas versões, os dados obtidos permitem sugerir que, no período analisado, *Correio\** e *Massa!* pautaram a questão dos autos de resistência de forma superficial.

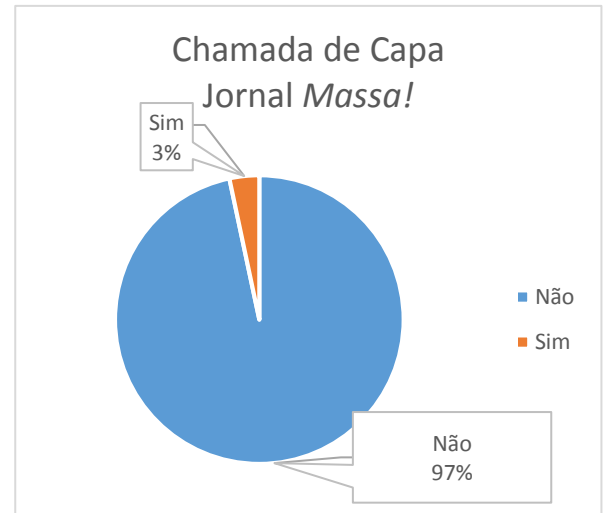
Para David Garland, “a cobertura seletiva da mídia de histórias de crimes e seus dramas criminais inverossímeis tendem a distorcer a percepção pública do problema” (GARLAND, 2014, p. 338). Para Charaudeau “o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (CHARAUDEAU, 2010, p. 95).

Partindo dos pressupostos de Garland e Charaudeau, e dos dados obtidos através desta pesquisa, apesar de ocuparem as páginas de *Correio\** e *Massa!*, as notícias validaram a versão policial dos autos de resistência como única e verdadeira ao valorizarem apenas a versão oficial dos fatos. A ausência de relatos questionando, confrontando ou apresentando versão além da apresentada pela Polícia, partícipe do fato e principal fonte consultada nas notícias analisadas, deixaram de pautar possíveis abusos de poder dos agentes da lei. Por outro lado, a publicação de tais notícias endossou o discurso do Estado de combate à criminalidade.

Em relação aos espaços que as notícias de auto de resistência ocuparam nos dois jornais, algumas variáveis. No jornal *Massa!*, 40%, isto é, 12 das 30 notícias analisadas receberam destaque como manchete principal. Quando a análise foi sobre as chamadas de capa, 3% das notícias pesquisadas receberam esse destaque, como mostram os gráficos abaixo.

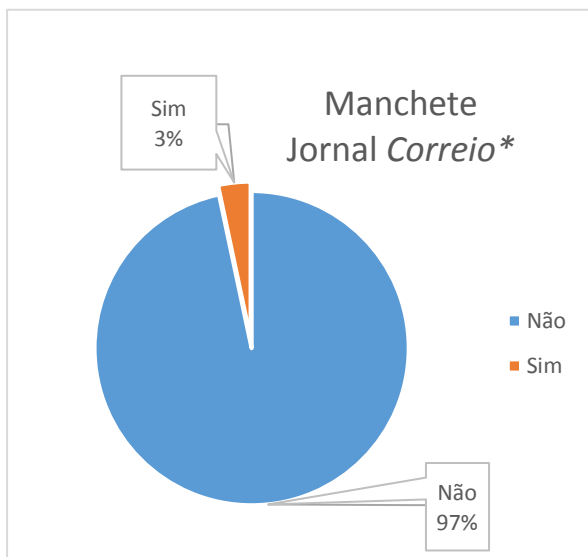


Fonte: Elaborado pelo autor

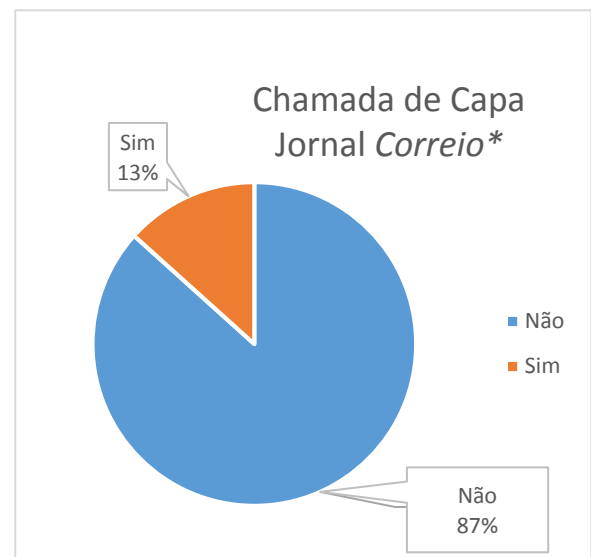


Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao jornal *Correio\**, 13% das notícias de auto de resistência analisadas receberam chamada de capa. Diferente do jornal *Massa!*, apenas 3% das notícias analisadas receberam o destaque de manchete principal.



Fonte: Elaborado pelo autor



Fonte: Elaborado pelo autor

Em um contexto de análise discursiva de veículos impressos– análise da qual não nos aprofundaremos nesta pesquisa, Eliseo Verón escreveu que

Na capa de um suporte impresso, o enunciador pode fazer muitas coisas, ou muito pouco; ele pode interpelar o destinatário pelo viés do olhar da manequim ou, ao contrário, manter o destinatário “a distância”, propondo-lhe um lugar de simples espectador olhando um personagem que não vê o destinatário. As modalidades de enunciação na capa são, em todo caso, um suporte impresso, um fator crucial na construção do contrato: a capa pode mostrar um modo simultaneamente condensado

e preciso a natureza do contrato, ou então, ser mais ou menos incoerente com este último. (VERÓN, 2004, p.220, 221)

Aqui, nos apropriamos do pensamento de Verón com a perspectiva de delimitar a importância desse espaço e do conteúdo nele expresso no direcionamento que dará à recepção em relação a aproximação ou não do conteúdo interno.

Conforme apresentado nos gráficos, *Correio\** e *Massa!* destacaram de formas diferentes as notícias de auto de resistência em suas capas. Quanto ao *Correio\**, porém, é importante destacar que, como estratégia mercadológica, o veículo da Rede Bahia divulga capas diferentes para os exemplares dos assinantes e para os exemplares vendidos nas bancas de jornais quando a principal notícia do dia aborda a temática da violência. Neste trabalho, apenas as capas dos exemplares para assinantes foram analisadas.

Como exemplo, analisamos as capas de *Correio\** e *Massa!* publicadas no dia 07 de fevereiro de 2015, data em que se toraram públicas as primeiras informações sobre a operação policial na Vila Moisés, no bairro do Cabula, que resultou na morte de 12 pessoas.

#### Exemplo – Jornal *Correio\**



Fonte: Jornal *Correio\** - 07/02/2015

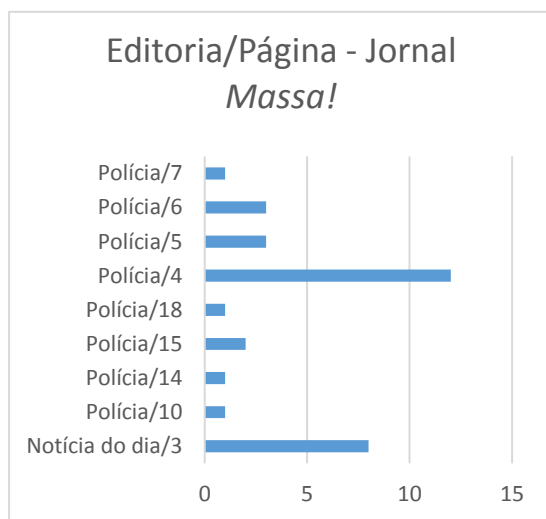
#### Exemplo – Jornal *Massa!*



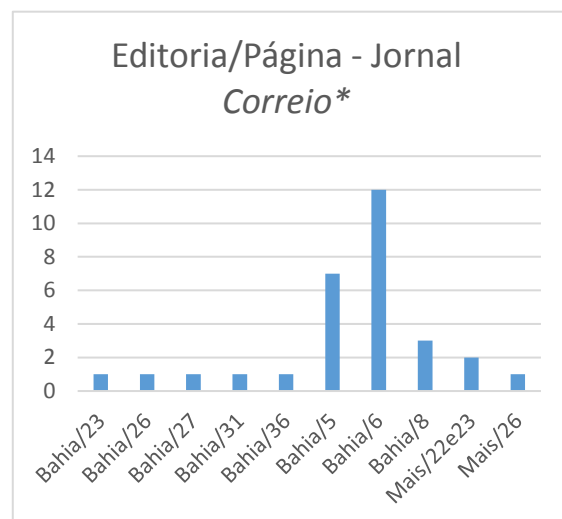
Fonte: Jornal *Massa!* - 07/02/2015

No *Correio\**, o caso ganhou espaço como chamada de capa, diferente do *Massa!*, que deu destaque ao caso em manchete. O veículo da Rede Bahia, por sua vez, evidenciou o número de vítimas, enquanto o veículo do Grupo *A Tarde* deu destaque a ação policial. Em ambas publicações, no entanto, o tratamento imputado aos mortos foi o de assaltantes de caixa eletrônico e traficantes, versão inicialmente divulgada pela Polícia e que foi posteriormente confrontada e refutada.

Quanto ao espaço interno que as notícias ocuparam nos dois jornais, as páginas de números pares foram onde as mensagens apareceram com maior frequência, enquanto as páginas de números ímpares foram destinadas a publicidade ou notícias maiores. Do ponto de vista gráfico, as páginas à direita, isto é, as ímpares, são as primeiras a serem lidas porque estão mais ao campo de visão do leitor durante o manuseio das folhas. Desse modo, nas páginas pares, as notícias recebem um destaque secundário em relação a importância atribuída ao conteúdo das páginas ímpares. No *Correio\**, os autos de resistência foram apresentados com maior frequência na página 6 da editoria Bahia (12 notícias), enquanto no *Massa!* as mensagens foram publicadas em sua maioria na página 4 (12 notícias), na editoria polícia, conforme mostram os gráficos abaixo.



Fonte: Elaborado pelo autor



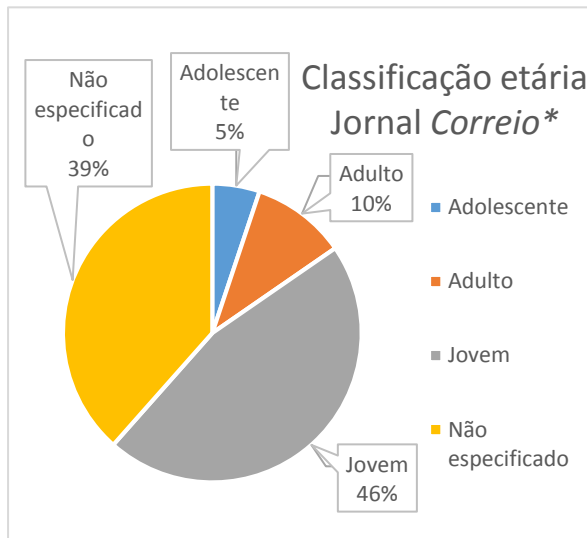
Fonte: Elaborado pelo autor

Além da análise dos espaços e da forma como as mensagens de auto de resistência foram produzidas no período analisado dos jornais *Correio\** e *Massa!*, a forma como os suspeitos foram tratados, bem como o perfil e os locais onde ocorreram as circunstâncias policiais também foram objeto de análise nesta pesquisa, como analisaremos na sequência.

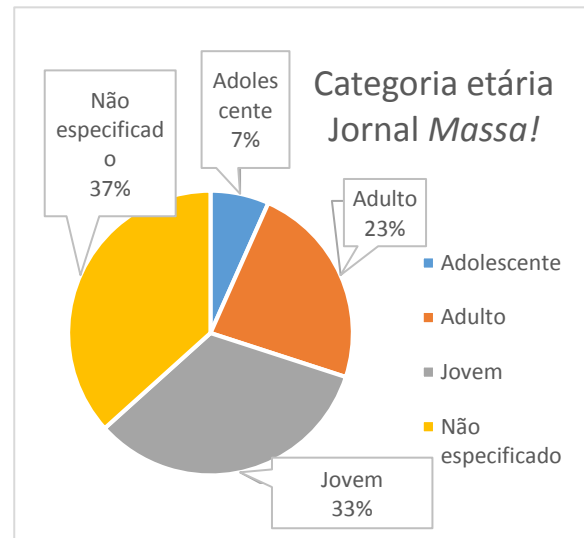
## 6.2. Os suspeitos, as violências e seus cenários

A análise de conteúdo das notícias de auto de resistência dos veículos pesquisados também forneceu dados sobre o perfil dos suspeitos mortos ou lesionados em supostos confrontos com policiais e a forma como eles foram tratados nas duas publicações.

No *Correio\**, 100% das pessoas identificadas nas notícias analisadas eram do sexo masculino. A maioria delas, 46%, eram jovens, com idades entre 18 e 29 anos. Já no *Massa!*, 97% das pessoas identificadas eram do sexo masculino, e outras 3% do sexo feminino. Diferente do *Correio\**, em relação a categoria etária, a variável “não especificado” obteve o maior valor (37%). Já a categoria jovens foi a segunda com o maior valor identificado (33%).



Fonte: Elaborado pelo autor



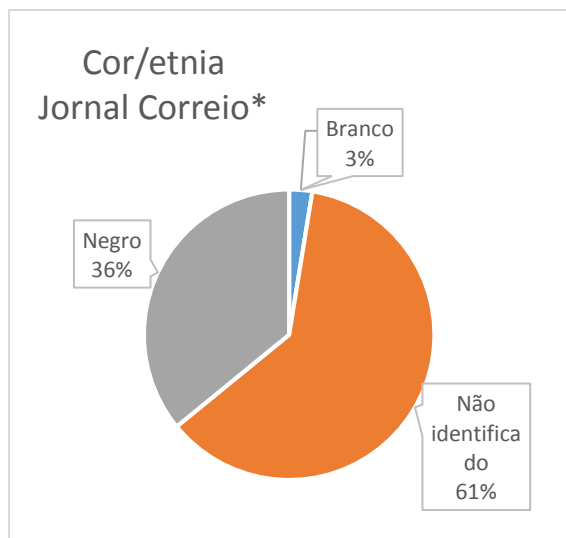
Fonte: Elaborado pelo autor

Um outro aspecto do perfil considerado nesta análise de conteúdo foi a cor/etnia das vítimas. Nesta categoria, a presença de imagens nas notícias divulgadas foi de total importância para a identificação deste aspecto, uma vez que maioria dos textos publicados não apresentavam essa característica descrita. Desse modo, pretos e pardos foram enquadrados em uma única categoria (Negro). Branco, amarelo e indígena formaram, individualmente, as demais categorias.

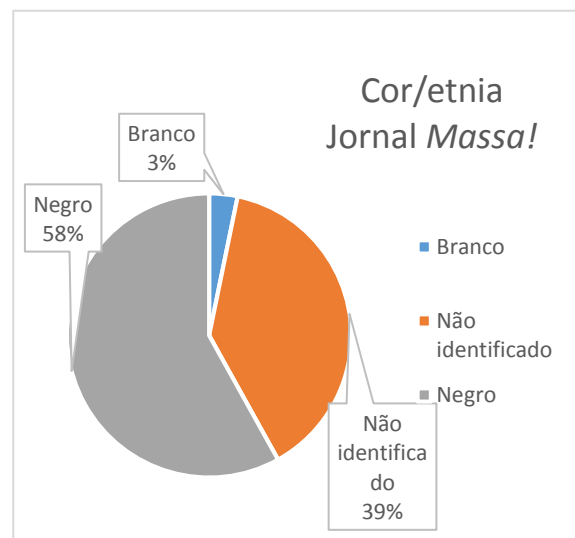
Outra estratégia utilizada para identificação da cor dos mortos ou lesionados durante supostos confrontos com a polícia foi a utilização da Lei de Acesso à Informação para solicitação de acesso aos boletins de ocorrência dos casos analisados junto à Secretaria de

Segurança Pública da Bahia (SSP-BA). Foram feitas três solicitações de acesso aos dados. A primeira delas, registrada no dia 06/09/2016, foi respondida no dia 09/09, redirecionando o acesso a uma plataforma onde os dados solicitados não estavam disponíveis. Em função disso, na mesma data, efetuamos pedido de recurso, que foi negado no dia 12/09. Nessa mesma data, efetuamos um novo pedido de acesso aos dados, que foi finalizado no dia seguinte sob alegação de “conteúdo insuficiente”. Finalmente, realizamos nova solicitação no dia 13/09, que foi respondida pela Ouvidoria Geral do Estado no dia 15/09, registrando o encaminhamento da solicitação para Corregedoria Geral. Até a conclusão deste trabalho, nenhuma resposta foi obtida.

Assim sendo, a cor das vítimas foi identificada apenas nas notícias que continham fotografias. No *Massa!*, 87% das notícias analisadas possuíam fotografia dos suspeitos. Já *Correio\**, apenas 46% das notícias continham imagens. Com isso, analisamos que 36% dos suspeitos mortos ou lesionados em confrontos com a polícia foram identificados como negros no *Correio\**. No veículo do Grupo *A Tarde*, 58% dos identificados eram negros.



Fonte: Elaborado pelo autor

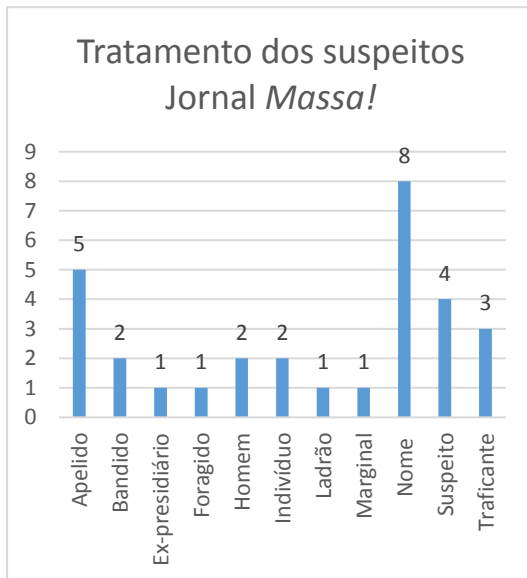


Fonte: Elaborado pelo autor

Outro aspecto importante para esta análise foi a forma como os jornais se referiam aos suspeitos. O nome foi utilizado com maior frequência em *Correio\** e *Massa!* para fazer referência aos mortos ou feridos nas ações policiais. Das 30 notícias analisadas de cada veículo, as vítimas foram tratadas pelos nomes em 7 e 8 delas, respectivamente. Como segundo termo mais utilizado, apelido foi o mais frequente no *Massa!* (5 notícias); já no *Correio\**, suspeito foi o segundo termo mais frequente, sendo utilizado em 5 notícias. As demais notícias tiveram



variações entre os termos bandido, traficante, marginal, ladrão, entre outros, conforme mostram os gráficos.



Fonte: Elaborado pelo autor



Fonte: Elaborado pelo autor

Nas capas dos jornais, no entanto, o uso de termos que sugeriam juízo de valor foi recorrente, conforme os exemplos abaixo.

#### Exemplo – Jornal *Massa!*



Fonte: Jornal *Massa!* – 01/08/2015

#### Exemplo – Jornal *Correio\**



Fonte: Jornal *Correio\** - 03/02/2016

Além dos termos usados para fazer referência aos mortos ou lesionados durante supostos confrontos policiais, outra característica analisada foi a presença de marcadores textuais que identificaram antecedentes criminais dos suspeitos. A maioria das mensagens publicadas pelo *Correio\** (61%) não especificaram a existência de antecedentes. Em 24% das publicações, os envolvidos identificados não possuíam antecedentes criminais. Os 15% restantes foram identificados com passagens pela polícia.

No Jornal *Massa!*, assim como no *Correio\**, maioria das notícias (51%) não especificaram a existência de antecedentes criminais dos envolvidos nas ações da Polícia. Em 28% dos casos as pessoas identificadas não tinham passagem pela Polícia. Apenas 21% possuíam registo policial. Nesses casos, em ambos jornais, os termos utilizados para referi-los nos textos expressaram juízo de valor, conforme os exemplos, nos quais os tratamentos e as ocorrências policiais estão destacados em vermelho e azul, respectivamente.

### Exemplo – Jornal *Correio\**

## Líder do tráfico em Areia Branca é morto em confronto com a polícia

**DIAS D'ÁVILA** Um homem foi morto em confronto com a polícia, na noite de anteontem, no município de Dias D'Ávila, Região Metropolitana de Salvador. O traficante Cláudio, 31 anos, conhecido como Cal Gordo, era um dos líderes do tráfico de drogas na região de Areia Branca, segundo informações da Polícia Civil. Um comparsa do traficante foi preso durante a operação policial. A assessoria da Polícia Militar informou, em nota, que o confronto ocorreu quando PMs foram atender uma denúncia anônima em uma residência no bairro Jardim Futurama e foram recebidos a tiros, disparados por Cal Gordo. "Ao chegarem ao local, os policiais foram recebidos a tiros, no revide, um homem conhecido como Cal Gordo, líder do tráfico na localidade, foi atingido por disparos de arma de fogo. Ele foi socorrido para o Hospital Geral de Camaçari, onde foi constatado o óbito", diz o comunicado. Nenhum

policial ficou ferido. Ainda de acordo com a assessoria, o comparsa de Cal Gordo, que estava na casa junto com ele, se entregou à polícia. Valdinei Ribeiro dos Santos, 26, foi encaminhado pela guarnição da Companhia Independente de Policiamento Especializado do Polo Industrial (Cipe/Polo) para a 25ª Delegacia (Dias D'Ávila). Valdinei já tinha uma passagem pela polícia por porte

**Cal Gordo pretendia trazer parte do grupo de uma facção para atuar aqui**  
**João Miranda Pithon**

Titular da 25ª Delegacia (Dias D'Ávila), que vinha investigando o traficante e seu bando

ilegal de armas e irá responder pelo crime de tráfico de drogas. Segundo o titular da 25ª Delegacia, delegado João Miranda Pithon, Cal Gordo estava sendo investigado por envolvimento com o tráfico e roubo a carros, bancos e moradores. "Estava reunindo as informações para fazer um pedido de prisão preventiva, mas ele acabou vindo a óbito antes disso. Não posso dizer há quanto tempo estamos investigando ele e os comparsas, mas já tem bastante tempo", comentou Pithon, segundo o qual Cal Gordo "pretendia trazer parte do grupo de uma facção para atuar aqui (em Dias D'Ávila)". Cal Gordo tinha três passagens pela polícia, também por tráfico e porte ilegal de arma. Na casa onde a dupla se escondia, a polícia apreendeu 170 pinos de cocaína, uma espingarda calibre 32, um revólver calibre 38, duas facas, uma balança de precisão e mil pinos vazios para drogas.

### Exemplo – Jornal *Massa!*

**Da Bruxa sai de circulação**

O nº 2 na hierarquia do tráfico de drogas no Nordeste de Amaralina morre em confronto com a polícia, no bairro do Trobogy, onde morava

**RODRIGO MENESES**  
rmeneses@jornalmassa.com.br

O traficante considerado o nº 2 na hierarquia do tráfico de drogas do Nordeste de Amaralina morreu em um confronto com policiais militares na noite de quinta (28) dentro do condomínio Trobogy, no bairro de mesmo nome. Antônio Anderson Rodrigues de Almeida, o Da Bruxa, 24 anos, possuía cinco mandados de prisão em aberto por homicídio e tráfico de drogas. PMs das Rondas Especiais (Rondesp) Atlântico, Central e Operação Apolo, além de policiais civis do Departamento de Homicídios, fizeram uma operação para capturar Da Bruxa. Os policiais estavam de prontidão aguardando a chegada do criminoso em casa. Segundo o major Wildon Reis, comandante da Apolo, após cinco horas de campana, o traficante chegou em seu Chevrolet Cruze.

“Houve uma abordagem, ele reagiu à voz de prisão e atirou nos policiais. No revide, foi baleado”, relata o major. Da Bruxa foi levado ao Hospital Roberto Santos, mas não resistiu aos ferimentos. De acordo com o posto policial da unidade, ele foi baleado nas pernas, tórax e cabeça. O auto de resistência (morte em confronto com a polícia) foi registrado no DHPP.

Segundo o delegado Odair Carneiro, foram apreendidas uma pistola .40, um revólver calibre 38, aproximadamente 1 kg de maconha e R\$ 3 mil em dinheiro. Odair disse que Da Bruxa só estava abaixo de Leandro Marques Cerqueira, 34, o Leandro P. ou Leandrinho, o nº 1 do tráfico na região do Nordeste de Amaralina.

ARESTOS BAPTISTA

Fonte: *Jornal Massa!* – 30/08/2014

A presença recorrente de termos que expressaram juízo de valor quando as pessoas identificadas possuíam algum antecedente criminal nos faz lembrar o conceito de *violências* proposto por Varjão (2008). Como visto no primeiro capítulo, o termo compreende as definições de violência física e violência simbólica.

Em ambos jornais, considerando o pensamento da autora, a violência física, representada nos textos pela força letal da Polícia, foi narrada em uma perspectiva de violência simbólica, uma vez que, mesmo que com menor recorrência, termos que expressavam juízo de valor foram utilizados para fazer referência as pessoas identificadas. Tais termos constituíram estruturas de comunicação e conhecimento que contribuíram para a operacionalização e legitimação da dominação de um grupo de indivíduos sobre outro. Em outras palavras, o emprego de termos com expressão de julgamento construiu narrativas nas quais a violência da polícia pôde ser considerada justificável, já que a força letal foi empregada no combate ao crime, uma das principais bandeiras defendidas pelo Estado.

Ocupando a imprensa a posição de construtora da realidade, como explicamos no primeiro capítulo deste trabalho, a representação dos fatos nessa perspectiva, no entanto, pode fortalecer na opinião pública um clima favorável à violência policial considerando que, por um lado, ela padece da violência e do crime e, de outro, espera por Justiça.

Outro aspecto caro para este trabalho foi a identificação dos cenários, isto é, dos locais onde ocorreram as ações policiais. Tanto no *Correio\** quanto no *Massa!*, os bairros mais periféricos e populares de Salvador foram identificados em maior número nas notícias de auto de resistência do que os bairros mais centrais e menos populares que, no período analisado, foram identificados em menor número nas notícias (apenas 4, de 36 bairros contabilizados). Quanto a frequência de aparição, Cosme de Farias, Marechal Rondon e Mata Escura foram os bairros que apareceram mais vezes nos jornais: 2, 3 e 2 vezes, respectivamente. Os demais bairros, conforme mostra o quadro abaixo construído por meio da junção dos dados obtidos nos dois jornais, forma mencionados uma vez, cada.

<b>Quadro 06: registro dos bairros nos jornais <i>Correio*</i> e <i>Massa!</i></b>			
1.Santa Cruz	10. Garibaldi	19. Graça	28. São Rafael
2.Cosme de Farias	11. Saramandaia	20.Valéria	29. Calabetão de Baixo
3. Comércio	12 Cabula	21. Brotas	30. Pau da Lima
4.Fazenda Grande do Retiro	13.Calabetão	22. Lobato	31. Fazenda Coutos
5. Liberdade	14. Pituba	23. Marechal Rondon	32. Ondina
6. Arenoso	15.Vila Nova de Pituacu	24. Alto do Cabrito	33. Engenho Velho de Brotas
7. Paripe	16. Mata Escura	25. Sete de Abril	34. São Gonçalo
8. Paralela	17. Jaqueira do Carneiro	26. San Martin	35. Pirajá
9. Trobogy	18. Periperi	27. Costa Azul	36. BR-324

*Fonte: Elaborado pelo autor*

Diferente da referência feita aos bairros Ondina, Pituba, Costa Azul e Graça, os bairros periféricos, a exemplo do Marechal Rondon e Arenoso, foram referidos em ambos jornais como violentos, liderados por grupos criminosos e como pontos de venda de drogas. Por vezes, nomes de ruas foram substituídos ou acompanhados por expressões que reforçaram o estigma de lugar violento.

Na edição do *Massa!* publicada no dia 27/04/2016, o termo “inferninho” foi usado em referência a Rua da Mangueira, localizada no bairro Marechal Rondon. Em matéria publicada

na edição do dia 10/02/2014, *Correio\** também utilizou termo popular para fazer referência a uma localidade do bairro Arenoso.

### Exemplo – Jornal Massa!



Fonte: *Jornal Massa!* – 27/04/2016

### Exemplo – Jornal Correio\*

#### PM ferido em troca de tiros com bandidos

**ARENOSO** Um policial foi baleado e um susneito de ligação com o tráfico de drogas morreu na noite de ontem no bairro do Arenoso. De acordo com registro feito pela Central de Polícia, o soldado PM Odenilson de Souza Figueiredo integrava uma guardinção das Rondas Especiais (Rondesp Central) que fazia monitoração no bairro. A equipe foi surpreendida por cerca de 10 homens armados que dispararam diversos tiros contra a viatura da Rondesp. O confronto aconteceu por volta das 18 horas na localidade conhecida como Suvaco da Cobra. O policial foi alvejado com um tiro no braço esquer-

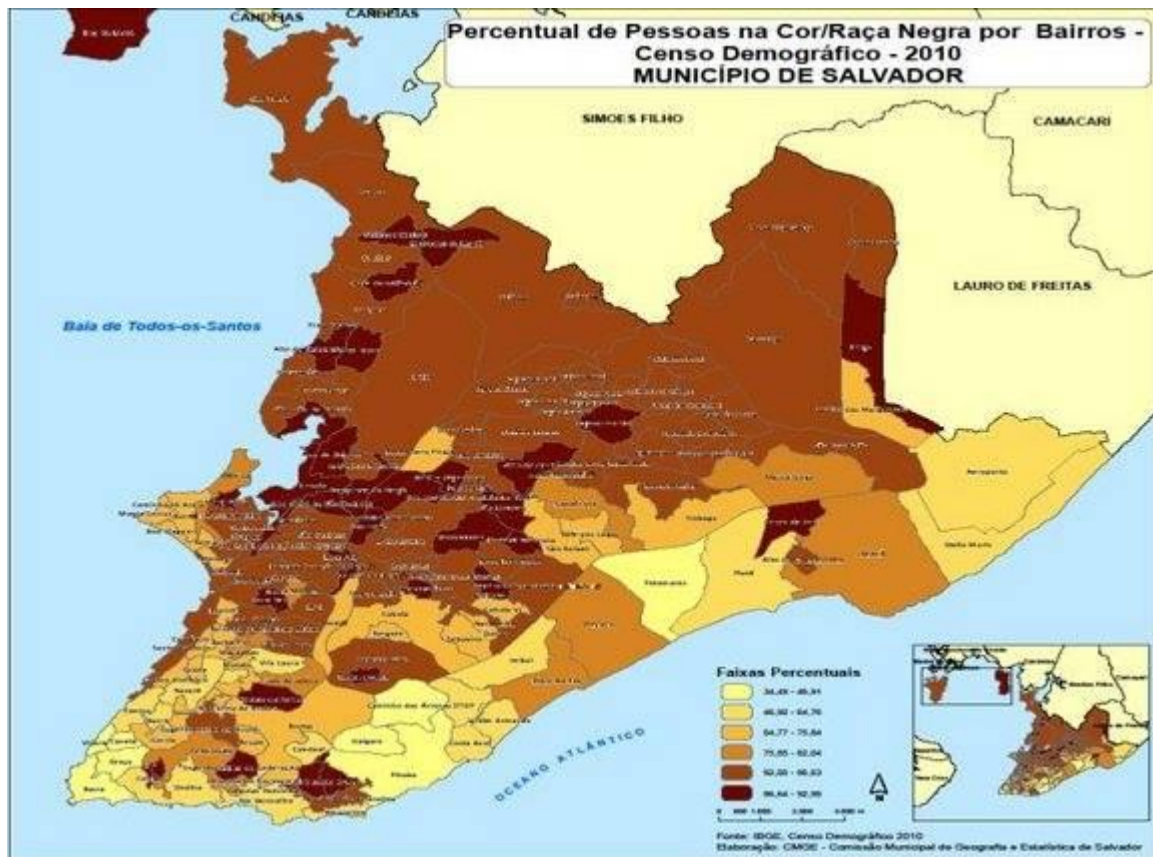
do. Já o homem, que tem idade aproximada de 25 anos, foi atingido no tórax. Os dois foram conduzidos pela Rondesp para o Hospital Geral Roberto Santos, no Cabula. O PM foi atendido na unidade de saúde e transferido ainda ontem à noite para o Hospital da Bahia e, segundo informações da polícia, não corre risco de morte. Já o homem que entrou em confronto com os policiais morreu quando chegou no hospital. Até o fechamento desta edição, a polícia ainda não tinha informações sobre a identidade do morto. Os outros bandidos que trocaram tiros com a polícia conseguiram fugir.

Fonte: *Jornal Correio\** - 10/02/2014

O uso de expressões como as dos exemplos, além da representação dos bairros periféricos e populares como espaços violentos nos leva mais uma vez a recorrer ao conceito de *violências*, sobretudo ao seu viés do simbólico. Se, por um lado, o uso de tais expressões têm o intuito de facilitar a identificação do leitor ao local referido, por outro, tais termos reafirmam as construções estereotipadas da periferia como lugar de violência e de domínio de criminosos e seus crimes. Como espaços de construção da realidade, ao utilizarem tais expressões em detrimento dos reais logradouros e outras referências para localização do leitor, *Correio\** e *Massa!* reproduziram a preconcebida concepção de periferia como lugar violento.

De acordo dados do Sistema de Informação Municipal de Salvador (SIM), em 2010, conforme Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de habitantes residente na capital que se declararam negros foi de 2.120.095. Maior

parte dos habitantes que se declararam negros são moradores de áreas periféricas, conforme indica o mapa abaixo.



Fonte: Sociedade Brasileira de Urbanismo – Disponível em (<https://goo.gl/KqWV1h>)

Considerando o perfil racial apresentado dos habitantes dos bairros periféricos de Salvador, a forma como as localidades foram identificadas em *Correio\** e *Massa!* - cenários onde as ações da polícia acontecem em maior frequência conforme analisado -, para além de reproduzir o estigma de periferia violenta, as notícias de auto de resistência dos dois jornais analisados, assim sendo, também reproduziram a narrativas de estigma sobre aqueles que residem nesses espaços.

Duas são as razões que sustentam essa constatação. A primeira é a priorização que os dois jornais dão para as versões oficial dos fatos. Nos relatos policiais, como vimos, são sempre os suspeitos, negros, em alguns casos, que estão na linha de ataque, que empreendem a ação, enquanto a polícia está na linha de defesa e de desfecho dos confrontos. A segunda é a já citada construção da periferia como lugar violento.

Desse modo, apresentamos o *garantismo midiático* como um possível caminho de construção de representações de fatos policiais menos danosos aos Direitos Humanos. Segundo Rodrigo Daniel Silva, autor do termo, o *garantismo midiático* “é uma proposta alicerçada em, ao menos, cinco pilares (normas) que visa garantir os direitos fundamentais do cidadão sem vedar a liberdade de informação”(SILVA, 2016, p.6). As normas que compõem o *garantismo midiático* são as seguintes :

#### 1. Abolição de termos policialescos

Nessa primeira norma, Silva sugere que termos que expressam juízo de valor extintos dos textos jornalísticos. A esse respeito, o autor escreve que

Há de se perguntar, por conseguinte, que termos então devem ser empregados nos relatos jornalísticos. O presente trabalho defende o uso adequado dos termos jurídicos: suspeito, investigado, indiciado e acusado (ou réu). Frise-se que suspeito não é acusado, como investigado também não é indiciado, e vice-versa. (SILVA, 2016, p. 6)

#### 2. Abolição de uso de fotos e imagens

Nesse aspecto, Silva defende que fotos e imagens nas quais os suspeitos são apresentados com armas e drogas, dentro de viaturas ou segurando placas de pelotões policiais sejam extintas das notícias. Para o autor, a exposição de suspeitos nesses termos fere o princípio da dignidade humana e não acrescenta valor informativo. Nos permitimos acrescentar que, além das questões apresentadas pelo autor, a publicação de imagens nas quais suspeitos presos são exibidos como troféus reafirmam a priorização das narrativas policiais dos fatos.

#### 3. Garantia da defesa sobre as acusações

Esse pilar considera que o suspeito deve ser consultado sobre o seu desejo de manifestar defesa às acusações que lhes são imputadas. Para o autor,

o suspeito deve ser consultado antes se quer ou não se pronunciar a respeito do crime ao qual é imputado. Frise-se, no entanto, que se deve dar a defesa o mesmo espaço dado para acusação, pois, o suspeito pode não querer falar, mas o seu advogado ou defensor público devem ter a garantia da apresentação dos seus argumentos. (SILVA, 2016, p. 9)

#### 4. Não divulgação de nomes em casos de crimes sexuais.

Nesse ponto, Silva considera que, para resguardar a imagem das vítimas de crimes sexuais, os nomes dos suspeitos sejam publicados apenas pelas iniciais. Isso porque, quando os

suspeitos possuem algum tipo de vínculo com as vítimas, a identificação da vítima se torna mais possível.

#### 5. Apresentação dos desdobramentos dos fatos

A última norma que o autor propõe é a de que os desdobramentos dos fatos sejam publicados, suitados, para fazer uso do jargão jornalístico. O autor analisa que

Em meio a um turbilhão de informações cotidianas, é praxe a mídia noticiar um fato criminoso, detalhar o crime, apontar os possíveis culpados e após a prisão desses suspeitos, a cobertura se encerrar, fixando-se a ideia de que o encarceramento é o antídoto para o mal da violência. Ocorre que, por vezes, o suspeito apontado em reportagem é inocentado pela Justiça, e os meios de comunicação deixam de noticiar, trazendo consequências sociais (alguns autores falam em morte social) para o indivíduo. Nestes casos, a repercussão da inocência precisa acontecer tal qual foi a divulgação da acusação. Por outro lado, a divulgação também de uma condenação justa de um acusado é relevante para se pôr fim a falaciosa ideia de que há, em nosso país, uma cultura da impunidade. (SILVA, 2016, p. 10)

É certo que as normas que o autor propõe podem ser aplicadas em sua totalidade nas notícias em que as violências retratadas sejam mais abrangentes. De certo modo, pensar estratégias de como a produção do jornalismo policial pode ser mais ético e respeitoso aos Direitos Humanos abre espaço para pensar estratégias nas quais as notícias de autos de resistência problematizem suas origens, causas e consequências em vez de reproduzir versões que expressem juízo de valor.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado para a análise de conteúdo dos jornais *Correio\** e *Massa!* nos concedeu base para considerar respostas para as duas questões norteadoras deste trabalho. A primeira e mais central delas buscava identificar como as notícias de auto de resistência publicadas pelos dois veículos representavam as condições daqueles que sofreram as ações da polícia, em especial quando esses eram negros.

Em linhas gerais, quando a identificação foi possível, as pessoas negras, em sua grande maioria homens jovens com idades entre 18 e 29 anos, foram as principais envolvidas nas notícias de auto de resistência. Nas páginas dos dois veículos pesquisados, os negros mortos ou lesionados durante supostos confrontos com a polícia foram referenciados por seus nomes, dado que representa um processo de mudança na produção do jornalismo policial, considerando que o uso de termos policiais e de juízo valorativo já dominaram sem distinção as produções jornalísticas policiais.

É, porém, um processo ainda em curso. Tanto no *Correio\** quanto no *Massa!*, embora que em menor proporção, os termos de tratamento dos negros envolvidos nas ações policiais variaram nos de acordo com a existência ou não do envolvimento deles com práticas delituosas anteriores registradas pela Polícia.

Mesmo que em menor frequência, quando a existência de passagem pela Polícia foi confirmada, o tratamento não deixou de ser policial e valorativo. Assim como em todo processo de mudança inacabado, nesses casos, o uso de termos condenatórios ainda se fez presente na produção jornalística. Prática, porém, que fere o artigo LVII da Constituição Federal, cujo texto prevê que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Se, por um lado, a forma como os negros envolvidos em ações policiais foram tratados apresentou um processo de mudança, por outro, a referência feita nas notícias aos espaços onde as ações policiais ocorreram, em sua grande maioria bairros populares e periféricos, não avançou no mesmo sentido. Tanto no *Correio\** quanto no *Massa!*, a periferia ainda foi tratada como o lugar violento e dominada pela criminalidade. Ao responder a segunda questão norteadora deste trabalho, a de como as notícias de auto de resistência foram produzidas nos dois jornais, apresentaremos a possível explicação para essa constatação.

Outra semelhança identificada entre o veículo da Rede Bahia e do Grupo *A Tarde* foi o processo de produção da notícia e os espaços que ocuparam em ambas publicações. Ainda na apuração, *Correio\** e *Massa!* assumiram posturas iguais, priorizando a Polícia como principal fonte de informação.

Uma consequência dessa prática constatada em análise foi a construção de notícias a partir de enquadramento no qual a Polícia assumiu papel de quem explica a ação, enquanto os demais atores (testemunhas, suspeitos, familiares), quando consultados, assumiram a posição de quem se explica. Em outras palavras, a priorização da Polícia como fonte principal em ambos jornais conferiu posição de destaque para as versões apresentadas pela Polícia, sem versões de contraponto.

É nesse ponto que apresentamos nossas possíveis explicações para a questão da representação da periferia como lugar violento. Se as narrativas que representaram a periferia foram contadas apenas pelo olhar da Polícia, a realidade construída por essas narrativas representou tão somente o olhar da Polícia. Olhar historicamente conhecido pelo posicionamento combativo e aguerrido aos suspeitos de transgressão da lei e da ordem. Um olhar que repete as posturas adotadas pela polícia durante a Ditadura Militar.

Retomando a questão do processo de produção da notícia e dos espaços que elas ocuparam em ambos jornais, outra constatação importante foi a da superficialidade com o qual o tema foi tratado. Para além da prioridade da fonte Polícia como fonte principal, o formato textual predominante nos dois jornais foi a notícia. Essas notícias priorizaram tão somente uma suposta reprodução do fato. Logo, nos dois veículos, as origens, causas e consequências dos fatos violentos não foram alentadas, implicadas. Na perspectiva comercial do fato violento como notícia, *Massa!* deu mais destaque aos autos de resistência nas manchetes, enquanto *Correio\** priorizou as chamadas de capa (capa para assinantes, conforme explicado anteriormente).

A principal conclusão em que chegamos foi de o *Correio\** e *Massa!*, diferente daquilo que imaginamos, reproduzem noções preconcebidas do negro mais pela forma como constroem suas notícias do que com os tratamentos que atribuem a eles em seus textos. Em ambas publicações, embora a questão dos termos de tratamento tenha representado uma mudança, a ausência de espaço para o contraditório nas páginas de ambas publicações ainda é uma questão a ser resolvida.

Se, por um lado, os tratamentos usados por *Correio\** e *Massa!* reproduziram julgamento apenas quando os envolvidos nos autos de resistência possuíam passagens pela Polícia, por outro lado, as notícias construídas com base apenas em versões que colocaram os envolvidos nos supostos confrontos como os algozes, contraventores da lei e responsáveis pela violência nos locais onde as ações ocorreram reproduziram julgamentos de forma constante. Em outras palavras, nem sempre os julgamentos foram construídos através da linguagem, mas por meio das estruturas nas quais a linguagem se materializou.

Por fim, consideramos que a construção de notícias que reproduziram juízo de valor assim foram porque a origem do problema foi o seu processo de produção. Desse modo, este trabalho abre caminho para pesquisas futuras ainda maiores, que busquem identificar métodos de produção de conteúdos sobre auto de resistência que estejam de acordo com os Direitos Humanos, bem como com a ética profissional. Para além disso, um outro caminho que se abre é o do acompanhamento da mudança em curso dos termos que aqui sinalizamos. É um trabalho a ser feito.

## 8. REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70ª. Ed. São Paulo: Persona, 1977.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66: a história da polícia que mata**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**/ Norberto Bobbio; Tradução Carlos Nelso Coutinho. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASÍLIA. Decreto nº 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10898.htm) > Acesso em 17 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de Dezembro de 1978. Define os crimes contra Segurança Nacional, estabelece sistemática para o seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6620.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm) > Acesso em 26 de maio de 2016.

BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm) > Acesso em 18 de junho de 2016.

BRASIL. Conselho Superior de Polícia. Resolução Conjunta nº 2, de 13 de outubro de 2015. Dispõe sobre os procedimentos internos a serem adotados pelas polícias judiciárias em face de ocorrências em que haja resultado lesão corporal ou morte decorrentes de oposição à intervenção policial. Disponível em: < <https://goo.gl/Am5YI9> > Acesso em 12 de junho de 2016.

BRASIL. Decreto Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De13689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13689.htm) > Acesso em 23 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de

1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) > Acesso em 19 de abril de 2016.

BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pactos Internacionais sobre Direitos Cíveis e Políticos. Promulgação. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm) > Acesso em 11 de abril de 2016.

BRASIL. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em < <https://goo.gl/h61ASw> > Acesso em 14 de maio de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad. Angela S.M. Corrêa. 2ª.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Giovandro Marcus. et al. **A Construção da Violência na TV e nos jornais impressos da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2012.

FERNANDES, Florestan. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9ª Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, 2015. Disponível em < [http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario\\_2015.retificado\\_.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf) > Acesso em 19 de julho de 2016.

GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

GEY, Espinheira. **Violência e Pobreza: janelas quebradas e o mal-estar da civilização**. Caderno CRH. V.18. Salvador, 2005.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUTMANN, Juliana Freire. **Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?**. Junho de 2016. Disponível em : < <https://goo.gl/V9HIca> > Acesso em: 26 de outubro de 2016.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa: Análise de Conteúdo.** Coleção Medium. Rio de Janeiro: Editora Eldorado, 1973.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia.** Série Princípios – 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Ática, 2006.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das Teorias da Comunicação.** 14ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MISSE, Michale. **Autos de Resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011).** Rio de Janeiro: 2011.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: < <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf> > Acesso em 17 de abril de 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais.** São Paulo, Nov. 2009. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12599/14376> > Acesso em 15 de junho de 2016.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 30.822, de 6 de maio de 1952. Promulga a convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio, concluída em Paris, a 11 de dezembro de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30822-6-maio-1952-339476-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 21 de março de 2016.

SILVA, Rodrigo Daniel. **Jornalismo policial sem violação dos direitos humanos.** Observatório da Imprensa, São Paulo, p.1-12, 02 dez. 2015. Disponível em < <https://goo.gl/1aHEDd> > Acesso em 18 de setembro de 2016.

SOUZA, T. L. S. E. **Constituição, Segurança Pública e Estado de Exceção Permanente: A Biopolítica dos Autos de Resistência.** 201. Nº Páginas. Dissertação (Mestrado em Direito) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=18771@1](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=18771@1) Acesso em 02 maio. 2016

VARJÃO, SUZANA. **Micropoderes, Macroviolências.** Salvador: EDUFBA, 2008.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. Trad. Vanise Dresch. São Leopoldo (RS): Editora Universo, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Et al. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro, FLACSO, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/15qmw2> > Acesso em 26 de setembro de 2016.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de Massa**/ Mauro Wolf; tradução Karina Jannini. – 3ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. In: KUCINSKI, Bernardo. et al. **Bala Perdida: A violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. Coleção Tinta Vermelha. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.